

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SUMULA

SUMÁRIO

1 - ATA DA ^{16ª} SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, em 26 de março de 1992.

1.1 - ABERTURA

1.2 - PEQUENO EXPEDIENTE

1.2.1 - COMUNICADOS DA MESA

-Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Segue ao Poder Executivo, implementar a iluminação da BR-20, no trecho de Sobradinho a Planaltina".

-Indicação de autoria do Deputado Tadeu Roriz, que "Segue ao Poder Executivo, a concessão de alvará de funcionamento, a título precário, aos estabelecimentos comerciais nos diversos assentamentos do DF".

-Projeto de lei de autoria do Deputado Cláudio Monteiro, que "cria o Polo de confecção e estabelece normas de implementações".

-Requerimento de autoria do Deputado Wamyr de Rêne, que "Solicita da Presidência anuidade para defesa de direitos".

-Projeto de resolução de autoria do Deputado Agnelo Queiroz, que "Dispõe sobre a criação da 'Tribuna Livre', nos sessões plenárias da Câmara".

na Legislativa do DF, modificando o art. 48 do Regimento Interno da Câmara Legislativa".

- Requerimento de autoria do Deputado Agnelo Bueno, que "Solicita informações ao Sr. Secretário da Fazenda e Planejamento sobre a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, recolhido pela Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB".

- Projeto de lei de autoria dos Deputados Leila Carvalho e José Edmar, que "Dispõe sobre a regulamentação da propaganda nos veículos de transportes coletivos".

Requerimento de autoria da Deputada Leila Carvalho, que "Solicita informações à Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal sobre cumprimento da Lei nº 8112

1.2.2 - COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO PENIEL PACHECO, em nome do PST.

- Apresentação de reivindicações de instituições assistenciais, ocupantes de lotes concedidos pela TERRACAP e registra o encaminhamento de ofício ao Conselho de Administração da Empresa, solicitando providências.

DEPUTADO JORGE CAHY, em nome da Bancada do PL.

- Congratulação ao Deputado Peniel Pacheco pela iniciativa em defesa das instituições assistenciais no Distrito Federal.

- Comentários acerca das dificuldades enfrentadas com o pagamento da taxa de uso do lote em-

de se localiza a instituição criada pelo mesmo e a baixa contribuição da LBA por cada idoso interno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE, em nome da Bancada do PT.

-Considerações em relação à extinção da Fundação Zoobotânica.

DEPUTADO CARLOS ALBERTO, em nome da Bancada do PPS.

-Argumentação sobre requerimento apresentado, propondo um 'ciclo de debates' com relação à extinção da Fundação Zoobotânica.

-Registro da aprovação da antecipação do plebiscito sobre a questão Parlamentarismo / Presidencialismo, de 7 de setembro, para 21 de abril de 1993.

DEPUTADO MANOEL ANDRADE, em nome da Bancada do PTR.

-Alusão ao pronunciamento do Deputado Wasny de Roure, sobre a extinção da Fundação Zoobotânica.

-Parabenização ao Deputado Carlos Alberto pela fundação do Partido Popular Socialista - PPS.

1.2.3 - COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

DEPUTADO PADRE JONAS (PTR)

-Pronunciamento sobre desburocratização no Brasil.

DEPUTADO TADEU RORIZ (PTR)

- Apoio ao Governo do Distrito Federal em relação a falta de saneamento básico nas áreas rurais do Distrito Federal.

- Registro da comemoração do 30º ano de atividades da Sociedade de Habitação Social - SHS.

DEPUTADO PEDRO Cezar (PT)

- Solicitação de apoio para o requerimento que solicita informações ao Secretário de Saúde, Sr. Isidoro Fajal, sobre a cólera no Distrito Federal.

- Reivindicação ao Administrador da cidade-satélite do Gama, no sentido de que seja instalada nova antena de transmissão.

DEPUTADO GILSON ARAÚJO (PTR)

- Solicitação ao Sr. Governador do Distrito Federal, no sentido de que sejam tomadas providências em relação a instalação de uma prefeitura comunitária no Park Way, com o objetivo de reprimir os produtores rurais de Vargem Bonita.

DEPUTADO AGNELO QUEIROZ (PCB)

- Comentário sobre matérias publicadas nos jornais da cidade em relação a imissão do pessoal estudantil, aprovado nesta casa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PDT)

Considerações sobre 49 problemas da dotação orçamentária e as fontes de arrecadação de renda.

nos do Distrito Federal.

1.3 - ORDEM DO DIA

ITEM 1: Apreciação do veto total ao Projeto de lei nº 170, de 1991, de autoria da Deputada Búcia Carvalho, que "Dispõe sobre a descentralização, para a gestão do ensino público no Distrito Federal". REJEITADO com 14 votos contrários, 7 favoráveis e duas abstenções.

ITEM 2: Apreciação do veto parcial ao Projeto de lei nº 308, de 1990, de autoria do Deputado Carlos Albuquerque, que "Dispõe sobre a extinção do CAPIA ÚNICO e a criação de novo mecanismo de gerenciamento do Sistema de Transporte Público no Distrito Federal". MANTIDO com 12 votos contrários, 6 votos favoráveis, duas abstenções e 3 ausências.

ITEM 3: Discursão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de lei nº 006, de 1991, de autoria da Deputada Rosemary, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal".

- Parecer do Relator da CCEB, Deputado Gilson Araújo, com apresentação de emendas. APROVADO com 18 votos favoráveis e 6 ausências.

- Parecer do Relator da CAS, Deputado Edmar Pinheiro, com apresentação de emendas. APROVADO com 25 votos favoráveis e 4 ausências.

ITEM 4: Discursão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de lei nº 078, de 1991, de autoria do Deputado Wasmu de Roure, que "Cria boletim de Comunicações Administrativas e das outras providências". RETIRADO DE PAUTA APELO DO AUTORE.

ITEM 5: Discursão e votação, em 1º turno, 2º dia, do Projeto de lei nº 078, de 1991, que "Determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naqueles áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas, e dá outras providências". DISCUTIDO.

ITEM 6: Discursão e votação, em 1º turno, 2º dia, do Projeto de lei nº 084, de 1991, que "Autoriza o Poder Executivo no Distrito Federal a conceder isenção do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de veículos que especifica, e dá outras providências". DISCUTIDO.

ITEM 7: Discursão e votação do Recurso nº 006, de 1991, contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de lei, que "Dispõe sobre a participação popular no processo de elaboração dos Projetos de lei do Plano Plurianual, dos dezêz orçamentos e dos orçamentos anuais do DF". RETIRADO DE PAUTA.

* de autoria do Deputado Agnelo Queiroz,

ITEM 8: Discursão e votação do Recurso nº 007, de 1991, contra a decisão da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de lei, que "Dispõe sobre a escolha em eleição direta de Diretores das Unidades de Ensino Público, Urbano e Rural do Distrito Federal, e dá outras providências". NÃO HOUVE QUORUM PARA VOTAÇÃO

* de autoria da Deputada Lúcia Carvalho,

Ata da 1ª Sessão Ordinária de 25 de março de 1999.

1ª Sessão Legislativa, de 1ª Legislatura,

Presidente(s): Sr(s). Deputado(s) José Ornellas
Tadeu Roriz, José Ornellas, Tadeu Roriz, Pedro Celso
Tadeu Roriz, Pedro Celso,
Secretário(s): Srs. Deputado(s),

Às 9 horas e 50 minutos, encontravam-se presentes os Srs. Deputados:

- | | |
|--|---|
| - Deputado Agnelo Queiroz (PC do B) <i>sim</i> | - Deputado José Emar (PTR) <i>sim</i> |
| - Deputado Aroldo Satake (PDS) <i>sim</i> | - Deputado José Ornellas (PL) <i>sim</i> |
| - Deputado Benício Tavares (PDT) <i>sim</i> | - Deputada Lúcia carvalho (PT) <i>sim</i> |
| - Deputado Carlos Alberto (PCB) | - Deputado Manoel Andrade (PTR) <i>sim</i> |
| - Deputado Cláudio Monteiro (PDT) <i>sim</i> | - Deputada Mª de Lourdes (PSD) <i>sim</i> |
| - Deputado Edimar Pireneus (PDT) <i>sim</i> | - Deputado Maurílio Silva (PT) <i>sim</i> |
| - Deputado Eurípedes Camargo (PT) <i>sim</i> | - Deputado Pedro Celso (PT) <i>sim</i> |
| - Deputado Fernando Naves (PTR) <i>sim</i> | - Deputado Peniel Pacheco (PSD) <i>sim</i> |
| - Deputado Geraldo Magela (PT) <i>sim</i> | - Deputada Rose Mary Miranda (PTR) <i>sim</i> |
| - Deputado Gilson Araújo (PTR) <i>sim</i> | - Deputado Saiviano Guimarães (PD) |
| - Deputado Padre Jonas (PDT) <i>sim</i> | - Deputado Tadeu Roriz (PTR) <i>sim</i> |
| - Deputado Jorge Cauby (PL) <i>sim</i> | - Deputado Wasny de Roure (PT) <i>sim</i> |

EL 01 *es*

SULAMITA/EDSON

26/03

9h50m

0-29/1

Clara/

ck

9-52

0-29/1

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Havendo número regimental,

declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

S/Clara

Lara/Edson

26.03.92

9h56

0/33.2



taxas de Cr\$ 500.000,00 ou Cr\$ 600.000,00, e até mesmo de 

milhão de cruzeiros pela ocupação do lote cedido pela TERRACAP, lo-

te muitas vezes de 500 m².

Os valores

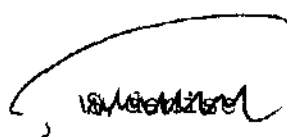
tem sido tão elevados que as

instituições se sentem

impossibilitadas de efetuar o

pagamento e muitas . . . estão inadimplentes, por não ter  em caixa re-

ursos suficientes para



Denise-Edson 26.03.92 9h58 (P. Pacheco) 0/34.1

quitar seu.

débito junto à Terracap.

A lei é muito clara quando estabelece o direito de uso real ^{que tanto} pode ser

até mesmo. dispensa desse pagamento.

Estou encaminhando hoje, Sr. Presidente, ofício ao Pre-

sidente da Terracap, solicitando que, de acordo com o documento que já es-

tá tramitando naquela Empresa

do Conselho

Administração -

deverá pronunciarse

muito

em breve.

aquelas instituições realmente voltadas

para o trabalho comunitário, para a assistência social de carentes quer

sejam menores, crianças, adolescentes ou idosos, que essas institui-

ções possam gozar do benefício de uma taxa simbólica mensal, a fim de

que não sacrificem suas atividades.

contar com a solidariedade

dos demais colegas, que poderão subscrever o ofício.

Solicito o empenho do Conselho de Administração da Terracap, que aprove, que

delibere favorecendo as instituições que realmente pres-

tam assistência social voltada para o amparo da criança, do adolescente,

do idoso.

São essas, portanto, Sr. Presidente, as minhas palavras. Es-

perdo poder contar com a vossa nobres Pares acolhida.



Denise-Edson 26.03.92 9h58 0/34.2

 que, a Presidência da Terracap e o  Conselho de Administra-
ção atender a justa reivindicação das instituições assistenciais.
Era  que tinha a dizer, *h-residente*.

~~(O SE PRESIDENTE ...)~~



O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Com a palavra o Deputado

Jorge Cauhy.

O SR. JORGE CAUHY (PL. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente,

Srs Deputados, quero ^{com me}congratular o Deputado Peniel Pacheco quanto a essa rei vindicação, que ora faz. (Tenho lidado há 31 anos com obras sociais,

e a maneira como está procedendo a Terracap, não ha mais condições de que

as obras funcionem, por ^{causa das} ~~causas~~ dificuldades. ^{Agora} a ta-

^{a Terracap}xa que está cobrando é muito alta. ~~o~~ Terracap cede um lote em re-

gime de locação, e não ^{instituições}endem mais. Então, as ~~as~~ socias que lutam

com dificuldade ^{Há}terão que pagar uma taxa muito alta. ~~os~~ dias estive em

meu gabinete ^{representantes}ateiaMaMade um centro esprita da Ceifândia, que está para fe-

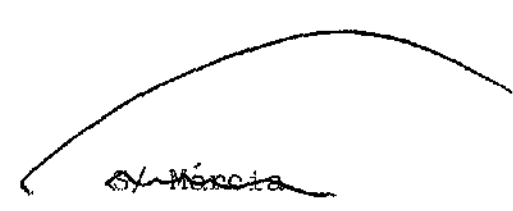
char, porque a taxa ^{Cobrada pela Terracap}já está em 500 e tantos mil cruzeiros. (Quero falar

ao Deputado Peniel Pacheco que vou ao Governador Joaquim Roriz ^{para}levar.

este problema, ^{Tenho} ~~tenho~~ certeza que ^{A. G. a} ~~o~~ vai ^{concordar em baixar} ~~es-~~

da taxa e vai ^{estabelecer} ~~estabelecer~~ um preço simbólico. ^{A instituição que dirijo} está em sérias dificulda-

des, ^{pois está sustentando} ~~pois está sustentando~~ 200 idosos, e ^{vai} ~~vai~~ para 240 idosos.



(Jorge Cauhy)

^{mínimo}
 O aumento do salário de 42 mil cruzeiros para 96 mil cruzeiros foi um baque muito grande para nós. A LBA não aumentou nem ^{a sua contribuição!} um tostão. Ela nos paga dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros a diária de um velho, ou seja, 65 mil cruzeiros por mês, aproximadamente.

Não estamos aguentando mais as despesas, porque ^{há muito} ~~eu~~ ^{com} gasto ^{com} remédios, alimentação, gás, combustível, telefone e tanta ^{outras} coisa.

^{A nossa instituição não tem}
~~de continuar funcionando se a LBA não aumentar sua contribuição.~~
 mais condições. Já estou cansado de mandar ofícios para o Superintendente da LBA e não temos soluções.

^{Para se manter um presidiário, gasta-se}
~~5 salários mínimos,~~ e para mantermos um velhinho recebemos um pouco mais da metade de um salário mínimo. Isso é um absurdo!

^{mínimo}
 Está previsto um aumento do salário para 270 ou 350 mil cruzeiros. Isso vai fazer com que ^{muitas instituições de caridade fechem.} O operário está

ganhando muito pouco e a situação está difícil para todos. ^{mas} se houver aumento do salário ^{mínimo} digo, com toda sinceridade, não terá condições de funcionar nem um dia a mais se não houver aumento ^{a instituição que dirige} ~~da contribuição~~ da LBA, porque ^{se} ~~ela~~ ^{o salário mínimo} paga parte que não dá nem para o café da manhã.

Se houver aumento de salário, com 80 funcionários que temos, ^{nossa instituição não terá} ~~condições de funcionar mais.~~ Lamento, mas vou ^{passar} ~~com~~ os ido-

MARCIA/ARIMAR

26/03/92

10h02

0/36/2

sos ao Governo.

São duzentos idosos, e não posso
jogá-los na rua, tenho de cuidar e dar toda assistência ^{A. A.} mas a situação

^{atual}
~~atual~~ está muito difícil.

S/ANA

Alinda mais; essas taxas são cobradas das obras,

Vou fechar muitas obras também. Espero que, com esse ofício do nobre Deputa

do do Peniel Pacheco, com o apoio de todos os Deputados, consigamos ^{reduzir} ~~reduzir~~

essa taxa ^a ~~a~~ um preço simbólico, ^{que seja cobrado} ~~essa~~ Cr\$ 10.000,00, Cr\$ 50.000,00

ou Cr\$ 20.000,00 por mês ^{e não} ~~essa~~ Cr\$ 500.000,00, Cr\$ 1.000.000,00.

De forma que f. ^{se} ~~essa~~ a minha manifestação, vou ao Governador ^(João)

Roriz, expor o problema para ele. Tenho certeza que

ele vai acatar ^{as} ~~essa~~ minhas ponderações e ^{reduzir} ~~essa~~ taxa ^a ~~a~~ um preço simbólico.

Muito obrigado.

ANA / ARIMAR

26/03

10:04

0 - 37/2

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Passo a Presidência dos trabalhos ^{as} ~~para~~ Deputado Tadeu Roriz.

(Assume a Presidência o "Deputado Tadeu Roriz.")

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. WASNY DE ROURE (PT. ^(Sem revisão do orador.) ~~Presidente e Segretario para~~) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, em nome da ^{nosso} ~~liderança~~ do Partido dos Trabalhadores, gostaria de deixar registrado nesta Casa o ~~nosso~~ posicionamento com relação à questão ¹ da Fundação Zoobotânica.

~~"Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,~~

S/SABA

SABÁ/ARIMAR

26.03

10:06

0.38-1

LILLIAN/ARIMAR

10:08

0.39-1

(Wasny de Roure)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO WASNY DE ROURE EM
19 DE MARÇO DE 1992A EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA NÃO CESSA AS DISTORÇÕES
E NEM RESOLVE O PROBLEMA FUNDIÁRIO DO DF

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS...

A CADA MOMENTO FICO MAIS CONVENCIDO DE QUE ESTA CASA TERÁ, UM DIA, O MERECIDO RECONHECIMENTO, MESMO QUE SEJA NA HISTÓRIA, POR TER LEVADO À FRENTE A CHAMADA CPI DA TERRA» PRINCIPALMENTE CONSEGUIMOS ROMPER O ISOLAMENTO DESTA CASA NO TRATO DO CRUCIAL PROBLEMA FUNDIÁRIO DO DF. HOJE A OPINIÃO PÚBLICA ESTÁ ATENTA. NÃO CABE MAIS PROTELACÕES QUE SERVEM APENAS AOS INTERESSES DOS QUE ANSEIAM POR DETEREM E AMPLIAREM SEUS ESTOQUES DE TERRAS. SÃO CONHECIDAS AS LIMITAÇÕES HÍDRICAS DESTA CAMPO DAS VERTENTES QUE CONSTITUEM O PLANALTO CENTRAL. SÃO CONHECIDOS OS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO ADENSAMENTO POPULACIONAL NO QUADRILÁTERO DO DISTRITO FEDERAL. É DE AMPLO CONHECIMENTO A NECESSIDADE DE SEREM FIXADAS AS NORMAS DE USO DO SOLO E DE ESTAR CONCRETIZADA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, URBANA E RURAL. A CPI DA TERRA, APESAR DE TODAS AS ADVERSIDADES, CONCLUIU SEUS TRABALHOS APONTANDO OS PROBLEMAS. FORAM DETECTADAS IRREGULARIDADES QUANTO A

- 1 - AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO E DE ARRENDAMENTO;
- 2 - AO NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS DOS BENEFICIÁRIOS E PELA FZDF;
- 3 - DESCASO NA FISCALIZAÇÃO DAS ÁREAS OBJETO DOS CONTRATOS ONDE SÃO ENCONTRADAS CHACARAS DE LAZER COM SUALIMANOS;
- 4 - OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA FZDF SEM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OU CONCESSÃO DE USO;
- 5 - DESCONTROLE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A ESSAS MESMAS ÁREAS PELA FZDF;
- 6 - INTERFERÊNCIA DA FZDF EM MATÉRIA FORA DE SUA COMPETÊNCIA, TAL COMO DETERMINAÇÃO PARA DEMARCAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA E DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL;
- 7 - POR FIM, O ENVOLVIMENTO DE DIRIGENTES, FUNCIONÁRIOS, PARTICULARES E AUTORIDADES.

SENHOR PRESIDENTE, CABE RESSALTAR QUE OS PROBLEMAS NÃO PARAM ALI. FORAM INICIADOS PROCESSOS ENCAMINHADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, REFERENTES AOS CONTRATOS DAS TERRAS FIRMADOS PELA FZDF. TAMBÉM DESSES CONTRATOS EMERGIRAM PROBLEMAS DE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DE APROVAÇÃO DE CONTRATOS QUE NÃO CUMPRIRAM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS. SÃO PROBLEMAS, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E

S/Fran.

(cont. de Sr. Wassy de Proue)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

~~SENHORES~~ ^{Srs.} DEPUTADOS, QUE NÃO PODEM ACONTECER NA ALÇADA DE UM ÓRGÃO DA IMPORTÂNCIA DO TRIBUNAL DIII: CONTAS D(7 DISTRITO FEDERAL.

TEMOS AGORA A SOLUÇÃO APRESENTADA PELO EXECUTIVO, CRIANDO UMA COMISSÃO PARA AVERIGUAR OS CONTRATOS E UMA MENSAGEM ENCAMINHANDO PROJETO DE LEI AUTORIZATIVO PARA A EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA. ISSO CAUSA MUITA PREOCUPAÇÃO, POIS ESSAS MEDIDAS NÃO GARANTEM A EFETIVA SOLUÇÃO DE TANTOS PROBLEMAS APRESENTADOS PELA CPI. A COMISSÃO CRIADA PELO DECRETO N 13.830, DE 12 DE MARÇO, COMPOSTA PELO PROCURADOR DO DF, POR UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E POR UM REPRESENTANTE DA TERRACAP, TEM A COMPETÊNCIA DE REVER TODOS OS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E CONCESSÃO DE USO CELEBRADOS PELA FZDF, CUJA FINALIDADE É VERIFICAR AS IRREGULARIDADES. ORA, ESSA COMPETÊNCIA JÁ É DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. O QUE A CPI APONTA NÃO SÃO SOMENTE IRREGULARIDADES NOS CONTRATOS. AS IRREGULARIDADES TAMBÉM DIZEM RESPEITO ÀS ÁREAS SOB ADMINISTRAÇÃO DA FZDF ATUALMENTE OCUPADAS E QUE SEQUER POSSUEM CONTRATOS. ESSES DADOS FORAM FORNECIDOS PELA PRÓPRIA FZDF, EM LISTAGENS REFERENTES AO ANO DE 1988 E DE 1991. ESSAS MESMAS LISTAGENS OMITEM NOMES, DANDO A ENTENDER QUE ALGUNS LOTES ESTÃO DESOCUPADOS, MAS, NA REALIDADE, MUITOS DESSES LOTES ESTÃO OCUPADOS A BASTANTE TEMPO, INCLUSIVE COM GRANDES BENFEITÓRIAS, CONFORME VERIFICAMOS EM NOSSAS DILIGÊNCIAS. COMO PODEMOS PERCEBER, SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, A GRAVIDADE E COMPLEXIDADE DAS DISTORÇÕES NOS FAZ TEMER PELOS RESULTADOS QUE ESSA COMISSÃO PODE APRESENTAR. DE FORMA SEMELHANTE, O PROJETO DE LEI, ENCAMINHADO PELO PODER EXECUTIVO, BUSCANDO AUTORIZAÇÃO PARA EXTINGUIR A FZDF, SIMPLIFICA POR DEMAIS O QUADRO LASTIMÁVEL QUE A FZDF HOJE APRESENTA. O DISTRITO FEDERAL NÃO PODE SER PUNIDO PELA INCOMPETÊNCIA E DESMANDO DE DIRIGENTES, ÓRGÃOS PÚBLICOS. QUANDO SE CRIA UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA, ELA ENVOLVE ALTOS CUSTOS E COMPROMISSO COM A POPULAÇÃO. NO DECORRER DE TODOS ESSES ANOS, A FZDF AVOLUMOU PAPEIS DE TAL SORTE QUE ELA PARECE TER SE PERDIDO ENTRE ELES. MUITAS RECLAMAÇÕES NOS CHEGAM QUANTO ÀS MÁQUINAS AGRÍCOLAS QUE ESTÃO ATENDENDO AFILHADOS DAS AUTORIDADES E NÃO ATENDEM OS PEQUENOS PRODUTORES. A USINA LÍQUIDA CALCÁREO FOI FECHADA E DEIXOU OS PRODUTORES NA MÃO DO CARTEL QUE DITA SEUS PREÇOS. A REVENDA DE INSUMOS FUNCIONA COM DEFICIÊNCIAS. A ATIVIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA MUITO FOI SUBSTITUÍDA PELA EMATER. O DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS FICA MUITO ADEQUADO SOB A ADMINISTRAÇÃO DA SEMATEL, ETC... MAS ESTÁ CLARO, PARA A GRANDE MAIORIA DA POPULAÇÃO DO DF, QUE A CONCESSÃO DE USO DE TERRAS PÚBLICAS REPRESENTA UM AVANÇO PARA A MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS, GARANTIA DE MENOR NÍVEL DE VIOLÊNCIA NAS CIDADES E DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS. PORÉM, ESSAS TERRAS PÚBLICAS, PARA Atingirem esse fim, DEVEM SER BEM ADMINISTRADAS.

SERÁ QUE A SOLUÇÃO APRESENTADA, COM A PURA E SIMPLES EXTINÇÃO DA FZDF, NÃO SE CONSTITUI EM MANOBRA PARA SE ACABAR COM AS TERRAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL? A COISA É MUITO

SIMPLES: - AS TERRAS -

-S/IV-

(cont. O. Dr. Wasmund de Roure)

IVI/MARIA STEIN

26/03/92

10:12

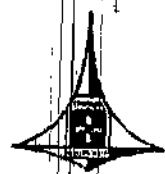
0-42.1

KATIA/MARIA STEIN

26/03/92

10:14

0-43.1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SIMPLES a - AS TERRAS PÚBLICAS SÃO MAL ADMINISTRADAS PELA FZDF, ENTÃO, EXTINGUE-SE A FZDF E ACABA-SE COM AS TERRAS PÚBLICAS. QUEM, SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, ASSUMIRÁ ESSA RESPONSABILIDADE? COM TODA CERTEZA, NÃO SERÁ O PODER EXECUTIVO. A AUTORIZAÇÃO, SE FOR CONCRETIZADA, SERÁ DESTA CASA. A RESPONSABILIDADE RECAIRÁ NESTA CASA.

UMA PROPOSTA SÉRIA PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA PASSA POR ASPECTOS TOTALMENTE IGNORADOS PELO EXECUTIVO. MESMO QUE OUTROS ÓRGÃOS VENHAM ABSORVER AS ATRIBUIÇÕES DA FZDF, NÃO HÁ NENHUMA GARANTIA DE SOLUÇÃO DAS IRREGULARIDADES E BOA ADMINISTRAÇÃO DO IMENSO PATRIMÔNIO PÚBLICO QUE SE CONSTITUI NAS TERRAS RURAIS. A ÚNICA FORMA DE OBTER ESSA GARANTIA É A PRONTA INTERVENÇÃO NA FZDF, AFASTANDO TODOS OS DIRIGENTES E FUNCIONÁRIOS INDICIADOS NOS INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS INSTITUÍDOS DESDE 1990 E NA CPI, PROMOVER UMA COMPLETA REESTRUTURAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DE TERRA, DE MÁQUINAS, DE REVENDA, DE CALCÁRIO E TRANSFERIR AS ATIVIDADES JÁ ASSUMIDAS POR OUTROS ÓRGÃOS.

s/ Kátia

(cont. o Sr. Wasny de Rome)

KATIA/MARIA STEIN

26/03/92

Y 10:14

0-43.2

Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção, nesse momento, dos Srs. Deputados, NÓS não podemos divergir sobre a matéria. Nesse momento, o centro da questão é a punição dos responsáveis. Isto, o PT não abrirá mão. Não abriremos mão. Fomos à Procuradoria, fomos ao Ministério Público, para que desse sequência às informações que o Governo dispõe. Não NOS omitiremos ^{e iremos} ~~diante de~~ insistir, nessa denúncia. Portanto, a extinção da Fundação Zoobotânica, para nós, representa sim, Srs. Deputados, uma verdadeira queima de arquivo. NÓS até estamos dispostos a uma discussão de reformulação de um órgão, ^{mas} ~~mas~~, a pretexto de uma discussão de reformulação de um órgão, não podemos queimar um arquivo da história da terra do Distrito Federal. São mais de 30 anos, Srs. Deputados. Toda a memória está lá registrada e não é agora, com um simples ato, que ~~essa~~ Casa venha a conviver com mais um ato irregular, com verdadeiro prejuízo à sociedade.

ATRAVÉS DE UMA ADMINISTRAÇÃO COLEGIADA CUJOS MEMBROS TENHAM SIDO LEGITIMAMENTE ELEITOS NAS SUAS RESPECTIVAS ENTIDADES, DEVERÁ SER PROMOVIDA A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NOS DESTINOS DA FZDF, QUER PARA A MANUTENÇÃO DA, MESMA OU PARA SUA EXTINÇÃO. O QUE NÃO DEVEMOS COMPACTUAR É COM O QUE VEM OCORRENDO. DE UM LADO, AS DENÚNCIAS, OS DISPENDIOSOS INQUÉRITOS E A SOCIEDADE NÃO

~~ASSISTINDO QUALQUER PUNIÇÃO ...~~

~~SEGUE LÚCIA...~~

LÚCIA/M. STEIN

10:16

26/03/92

Wasny de Roure

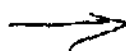
0 - 44/1

ASSISTINDO QUALQUER PUNIÇÃO DOS CULPADOS E NEM SEQUER A GARANTIA DE CESSAR AS IRREGULARIDADES. MUITO PELO CONTRÁRIO, O QUE VEM OCORRENDO SÃO PERSEGUIÇÕES AOS ANTIGOS FUNCIONÁRIOS QUE NÃO ACEITAM PARTICIPAR DAS "PANELINHAS" DOS CORRUPTORES, FUNCIONÁRIOS QUE NÃO ACEITAM PACTUAR COM AS IRREGULARIDADES. SUMIÇO DE DOCUMENTOS, ESTÃO SENDO TRANSFERIDOS E ATÉ COAGIDOS A NÃO PERMANECEREM NAS DEPENDÊNCIAS DA FZDF. ENQUANTO ISSO, FUNCIONÁRIOS IMPLICADOS NOS INQUÉRITOS E ATÉ HA CPI ESTÃO NOS SEUS CARGOS, TENDO ACESSO AOS DOCUMENTOS E CIRCULANDO LIVREMENTE EM TODAS AS DEPENDÊNCIAS DA FZDF. DEVEMOS EXIGIR UMA AÇÃO IMEDIATA DO EXECUTIVO E NÃO ACEITAR QUE A OPINIÃO PÚBLICA SEJA CRIMINOSAMENTE ILUDIDA COM MEIAS MEDIDAS E TRANSFERÊNCIAS DE RESPONSABILIDADES.

EXIGIMOS QUE SEJAM TOMADAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA MANTER A INTEGRIDADE DE TODA A DOCUMENTAÇÃO DA FZDF, QUE É PROVA DE IRREGULARIDADES DENUNCIADAS PELA CPI, SOB PENA DE, MAIS UMA VEZ, RESPONSABILIZARMOS O GDF PELA CONIVÊNCIA DA IMPUNIDADE E PELA PRÁTICA DO CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Sr, Presidente, é nesse sentido que solicitamos, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, uma audiência com o Sr. Governador, para tratar, face a face, sobre essa questão que é de alta relevância para o Distrito Federal.

Srs. Deputados, cheguei a encontrar, ao examinar, Deputado Manoel Andrade, os arquivos da Fundação Zoobotânica, pessoas que receberam até doze glebas de terras, e agora querem, neste instante, simplesmente desaparecer. O próprio processo de informatização que a Fundação Zoobotânica possuía, em 1988, foi extinguido, foi eliminado para que não pudesse



SEQUE AYA.

Aya/Maria Stein 26/03 10:18 (Wasny de Roure) 0/45/1

... ~~que a Fundação Zoológica possuía em 1988, foram simplesmente ex~~
) } ter capacidade de um
acompanhamento eficiente.

Hoje, nenhum órgão que tenha qualquer registro acima de 100 nomes consegue fazer um trabalho, a não ser pela informatização.

Portanto, somos pela reformulação do órgão, pela sua modernização, mas somos contra a sua extinção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

Aya/Maria Stein 26/03 10:18

0/45/2

O SR. CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) -

Sr, Presidente, venho à tribuna, no horário de liderança, para explicar as razões do requerimento que apresentei, propondo ^{um} ciclo de debates com relação à extinção da Fundação Zoobotânica, que foi objeto de uma mensagem do Sr. Governador.

Acredito que muitas das razoes alegadas ^{pelo} ~~do~~ orador precedente, Deputado Wasny de Roure, com relação à Zoobotânica, a sua história, ao seu trabalho, as informações que contém, a sua cultura, realmente nao podem ser negligenciadas. Mas, a nossa proposta não é, neste instante, de que nós assumamos um posicionamento fechado, contra a extinção, ou pró-extinção da Zoobotânica, A nossa proposta passou a ser, neste instante, a necessidade de um profundo debate sobre a situação da Zoobotanica.

S/ Gilwânia

CARLOS ALBERTO)

Um debate que se realizaria nessa Casa, envolvendo a câmara Legislativa, o Go
verrio do Distrito Federal, a Associação dos Produtores, a Associação dos Servido
res da Zoobotânica, técnicos, enfim, o um conjunto dos interessados na questão
da produção fundiária, do desenvolvimento agrário e agrícola no Distrito Fe-
deral. Parece ^{mas} que esse debate é absolutamente indispensável. Não podemos,

de forma alguma, tratar um órgão como a Zoobotânica, ou extingui-lo, na base do
"oba-oba", da irresponsabilidade. Essa seria efetivamente a pior decisão que
poderíamos tomar, porque teríamos eventualmente extinta a Zoobotânica,

até mesmo a situação da produção agrícola, agrária ^{fund} fundiária
do Distrito Federal colocada em pior situação. Acredito que, talvez, haja um mé-
rito na mensagem do Governador, ^{eu} abrir esse debate. Agora, o que
gostaríamos de propor a esta Casa, aos Deputados do Governo, é que não levemos
o exame dessa mensagem, ^{a sua} a tramitação a toque de caixa. Não podemos nos apres-
sar na discussão dessa questão. Temos que aproveitar essa oportunidade, então,
para discutir em profundidade o modelo agrícola e agrário do Distrito Fede-
ral. Acho que essa seria a oportunidade que teríamos para fazê-^{los} assim como,
mais adiante teríamos que discutir também o modelo de industrialização e co-
mercial ^{do país} do Distrito Federal. Mas essa oportunidade é inadiável.

Sr. Presidente, ^{dar} mais uma questão relacionada com a liderança,
que eu gostaria de abordar também.

Ontem, no Congresso, ^{Nacional} na Câmara Federal...

Hermione/Alzira

26/3

10:22

047/1

continua o Sr, Carlos Alberto.

Ontem, no Congresso Nacional, na Câmara Federal, foi aprovada a antecipação do plebiscito de 7 de setembro de 1993 para 21 de abril de 1993, ^{que se fez,} um plebiscito sobre a questão do Parlamentarismo/Presidencialismo. Acredito que a votação expressiva que exigia mais de 3/5 dos presentes, ou seja dos Deputados Federais, mostra já, irretorquivelmente, que surge neste País um grande debate e fundamental sobre a nossa forma de Governo.

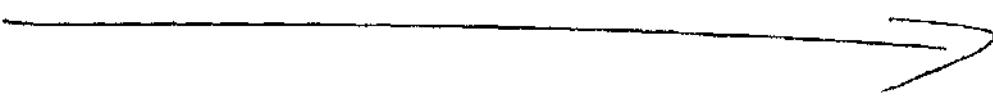
Esse talvez seja o grande debate da cidadania, fazer com que o Parlamento, com que o Legislativo, assumam ^a sua responsabilidade na superação da crise. Então, a realização do plebiscito no dia 21 de abril de 1993, antecipado, portanto, em 6 meses, estabelece um marco em que a Nação brasileira poderá se pronunciar, mais uma vez, sobre a forma de governo que defende ou acha mais adequada para este País. ^N Não que ^{esse} é um fato que não poderíamos deixar passar em branco, hoje, nesta Casa. Muito obrigado,

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz)- Concedo a palavra ao Deputado Manoel Andrade.

O SR. MANOEL ANDRADE...

S/M^a Marlene.

O SR. MANOEL ANDRADE (PTR. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhei atentamente o discurso do Deputado Wasny de Roure, a respeito da extinção da zoobotânica. Entendemos que o assunto é muito polêmico, envolve muitos interesses e, daí, a necessidade de uma reflexão profunda. É preciso deixar claro que não há por parte do Sr. Governador nenhuma intenção de encobrir ou proteger qualquer ato nocivo ao interesse do Estado. É bom que fique bem clara essa posição que ^{o Governador} Joaquim Roriz tem demonstrado, tem comprovado concretamente, ^{que se faz} esse seu compromisso de garantir a legalidade e fazer com que o bem público seja, também, ^{ve} não poderia ser diferente ^Y preservado. A proposta de extinção da Fundação Zoobotânica veio a esta Casa para ser discutida. Enquanto esta Casa não se manifestar com sua capacidade legislativa, a Fundação não estará extinta. De maneira que, a meu ver, não há por que tanta preocupação, quando temos o legítimo direito e dever de examinar as peças



S/MARLENE

Marlene/Alzira 26.03.92 (Manoel Andrade)

10:26

0-49/1

que compõem ^o um documento, extinguindo a Fundação.
As acusações de ^{que há} uma intenção maior, uma intenção ^q embutida de garantir às
pessoas que obtiveram arrendamentos de maneira fraudulenta, ^{que há} ~~Então~~ a intenção
do Governo ^{se} de proteger essas pessoas, não poder ser mantida ^q como verdadeiras,
porque o próprio ^{Governador} Joaquim Roriz tem deixado claro, ^{ai} medida ^{que} que cria uma comis-
são para examinar os contratos de arrendamentos e as propriedades que foram
liberadas através do expediente da concessão de uso, busca ^{7^{da}} dar transparência
total à comunidade.

Os contratos que estão aí, que foram feitos de maneira fraudu-
lenta, haverão de ser apurados e os envolvidos punidos dentro da lei. O que
não se pode fazer ^é um carro de batalha, generalizando os produtores rurais ^{no}
mesmo ambiente daqueles que se beneficiaram de ^{de} maneira indecente, no uso da
terra.

De nossa parte, queremos deixar claro que, ^{como} ~~enquanto~~ parlamentar,
e, ainda, ^{na qualidade de} ~~representante~~ →

S/SULA

SULAMITA/ALZIRA

26/03

10h28m

0-50/1

Manoel Andrade

representante do Sr. Governador nesta Casa, ^{podemos} dizer, com muita clareza,

que não há ^{alguém em} interesse ^{qualquer} de proteger ~~nenhum~~ cidadão que não obteve

suas terras dentro de um regime legal, transparente, de ~~cente~~. Não há, e

não seria diferente, por que a minha conduta, o meu comportamento não ^{candia} ~~com~~

com esse tipo de atitude "i" que não sea a que ^a defendemos, que é

^a a transparência, ^a tyá legalidade e a justiça.

As propostas que foram ^a trazidas a esta Casa,

no sentido de extinguir a Fundação ^{Fundação} de certa forma, ^{se fizeram} ~~um~~ ^{em}

encaminhamento pela própria CPI ^e ~~haverão~~ de ser largamente discutidas

à luz do bom senso, à luz da legalidade, à luz da imparcialidade. ^{Vamos}

creditar qualquer tipo de acusação a quem merecer de fato. ^{Acredito} que

não há, por parte de nenhum parlamentar, ^o ~~interesse~~ de macular a ima-

gem de qualquer cidadão ^{brasiliense}. ^{Precisamos}, ^{sim}, é dar a transparên-

cia necessária e a segurança aos atuais proprietários, que conseguiram

suas terras dentro da legalidade. Os ^{depois} ~~haverão~~ de ser respon-

sabilizados ^{do} se fizeram coisas erradas.

Sr. Presidente,

para tranquilizar

SULAMITA/ALZIRA

26/03

10h28m

0-50/2

Manoel Andrade)

Deputado
o Líder (Wasny de Roure, do PT) que esta Casa terá oportunidade de examinar
acredito
toda a questão.

S/Clara

MARIA CLARA / ALICÉA

26/03

10:30

0.51.1

(MANOEL ANDRADE)

Não ha nada de extraordinario, ^{em que} que acontece é um processo natural, normal, ^S e o Poder Executivo manda ^a mensagem e o Poder Legislativo vai analisar, vai ratificar ou retificar.

Acredito que precisamos dar uma ^{tonalidade} ~~solidariedade~~ de tranquilidade para ^{na} ~~um~~ parecer que o mundo está se acabando ² não irá se acabar. Continuaremos a ter problemas, porque onde existe massa, existe ^{pr} problemas,

^{Alguns} ~~uns~~ procuram construir e outros procuram destruir. O que temos que fazer é nos abatermos para que os que procuram destruir não vençam aqueles que procuram construir. ^T Tenho certeza de que estou do lado daqueles que querem construir.

Era isso o que eu queria dizer. ^T Também quero parabenizar o Deputado Carlos Alberto pela ^{pela} ~~na~~ inauguração, ² a pedra fundamental do PPS, numa solenidade muito rápida, singela, mas muito bonita.

Tomara que os outros ² partidos comecem a fincar suas pedras fundamentais e possamos ter, brevemente, a ² sede de todos os partidos políticos reconhecidos pelo País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Tadeu Roriz) - Encerrado ^{o período destinado} ~~o~~ Comunicado de

Liderança, ² passamos agora ao Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Padre Jonas.

S/DIANA

DIANARA/ALICÉA

26.03.02

10h32

0 - 52.1

GABINETE DO DEPUTADO PADRE JONAS

O SR. PADRE JONAS (PTR - *Pronuncia o seguinte discurso*) - ~~Pera proferir parecer~~ Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados,

DESBUROCRATIZAR, EIS A QUESTÃO!

Venha hoje a esta tribuna exortar o Congresso Nacional, no sentido de acelerar a tramitação do Projeto de lei nº 4.573-B, de 1990, de autoria do Eminentíssimo Senador Mauro Benevides, atual Presidente do Senado Federal e do próprio Congresso Nacional, visando a regularização das atividades notariais e de registros públicos no País. O diploma legal em questão é imprescindível para o restabelecimento do prestígio e eficiência dos mesmos serviços, abalados, recentemente, no Oidistrito Federal, pela Resolução nº 04, de 25 de outubro de 1991, do Tribunal de Justiça, e consequente Provimento nº 14, do mesmo ano. Os referidos atos dispõem sobre a distribuição de protestos de títulos e escrituras, estabelecendo regras contrárias aos melhores princípios de direito e à liberdade do cidadão de escolher livremente o cartório de sua particular confiança. Diversos mandatos de segurança já foram impetrados, mas até agora nenhuma solução efetiva foi adotada pelo Judiciário para restaurar os dispositivos legais violados e restabelecer a secular tradição da opção individual do usuário pelos serviços notariais e de registros públicos de sua preferência.

Neste pronunciamento não pretendo aprofundar-me nas razões jurídicas dos impetrantes, proficientemente expostas por causídicos de renome em irretocáveis petições. Devo, porém, alertar esta Casa e a opinião pública para os graves inconvenientes do retrocesso administrativo, ditado por motivos meramente burocráticos de nenhum sentido prático. Imaginem só, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que muitas pessoas, comparecendo ao cartório de sua preferência têm sido surpreendidas pela negativa no atendimento, pois deverão agora ir em primeiro lugar ao Distribuidor a fim de aí dar entrada à sua pretensão, satisfazer exigências e aguardar sorteio.

✓

ATA DA COMISSÃO DE NOTARIO FEDERAL

Assim, numa época de simplificação, o Judiciário local burocratiza desnecessariamente os serviços em causa, esvaziando-os, ao mesmo tempo, de suas finalidades precípuas, por não competir ao Distribuidor, mas, sim, ao Notário examinar escrituras e exigir documentos. Cartórios ineficientes, do mesmo modo, estão sendo premiados por uma receita certa, atribuída arbitrariamente pelas indevidas providências, inclusive, distorcendo a lei, como no caso do registro imobiliário, como referência às regiões territoriais.

Presumo serem tais medidas motivadas pela necessidade de prover recursos aos novos cartórios, recentemente criados. Não nos parece entretanto que, para vestir um santo tenha de se despir o outro.

De longa data, venho ^{me}preocupar com a situação. Já tendo, a respeito, oficiado ao então Corregedor da Justiça sobre as graves dificuldades atravessadas pelos serviços notariais e de registros públicos desta capital, dentre os quais os de Sobradinho. Este, nos últimos anos - sei de ciência própria - vem sofrendo sensível diminuição em sua receita, devido as insuficientes custas cartorária e a prestação quase gratuita dos serviços de protesto e registro civil. Pouco adiantaram os precários aumentos das tabelas. A situação é tão vexatória que o Cartório de Sobradinho tem desestimulado a permanência de titulares, afugentados pelas dificuldades financeiras e administrativas. No espaço de 155 meses, três titulares por lá passaram, dois dos quais, concursados: - desistiram, formalmente da serventia, ora vaga. Como se isso não bastasse, o Tribunal propôs e a lei referendou «a criação de mais um cartório naquela cidade-satélite».

Eis porque, como disse inicialmente, é importante entrar em vigor a proposição destinada a regular, em âmbito nacional, os serviços notariais e de registros públicos, exercidos, em caráter privado, por delegação do Poder Público, como determina a Constituição Federal. Somente assim poderão ser contidas as indevidas e arbitrarias interferências do Poder Judiciário, em matéria fora de sua competência, como acontece atualmente, segundo denunciemos.

Sala das Sessões, de março de 1.992.

PADRE JONAS
Deputado Distrital-PTB

S/ LARA

Lara/Alicéa

26.03.92

10h36

0/54.1

(Padre Jonas)

Tomarei a liberdade, Sr. Presidente, de solicitar à esta
Mesa que ~~seja~~ enviada cópia deste discurso ao nobre Presidente do
Senado Federal, para facilitar esta comunicação que retrata uma justa
preocupação nossa, em consonância ~~com~~ ^{com} ~~aqui~~ ^{S. Exa. o Senador} que
Mauro Benedito
está fazendo a favor da comunidade, não só de Brasília mas também
do Brasil.

Muito obrigado pelo tempo ~~concedido~~ e aguardamos outros
momentos para trazer assuntos ~~que possam~~ ^{que possam} ~~ser~~ ajudar a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Depu-
tado Gilberto Araújo (PDS)

S/Donise

Denise-Alicéia 26.03.92 10h38 (Sr. Presidente) 0/55.1

Com a palavra o Deputado Pedro Celso. ~~(Pausa)~~

Convido o Deputado José Ornellas a assumir a Presidência dos trabalhos.

~~(Assume a Presidência o Deputado José Ornellas.)~~

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas)- Com a palavra o Deputado Tiadeu Roriz. .

~~O SR. TADEU RORIZ...~~

S/Riva

Riva/ Lizete

10:40

26/03

0.46.1

O SR. TADEU RORIZ (PTR. ~~Apresenta o seguinte pronunciamento~~) -

S. R. PRESIDENTE, ~~ENHOR~~ DEPUTADOS

Desejo chamar a atenção do Governo para o grave problema que enfrentamos no Distrito Federal, pela falta de saneamento básico em nossas áreas rurais. A questão se torna ainda mais grave com a disseminação do vibrião do cólera.

A saúde, segundo definição da Organização Mundial de Saúde - OMS, é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

As doenças, por outro lado, podem ser orgânicas (degenerativas), como a arteriosclerose, cuja ação maléfica não vai além da própria vítima; ou transmissíveis, como a gripe, que passa de uma para outra pessoa.

As doenças transmissíveis são causadas por parasitas, como certos tipos de bactérias, protozoários, fungos, vírus e outros.

Quando certa doença transmissível ocorre numa coletividade ou região, vitimando um número de pessoas sensivelmente superior ao que seria normalmente esperado, assume caráter epidêmico. Assim, uma doença de incidência normal, considerada endêmica, pode tornar-se epidêmica e até mesmo pandêmica, neste caso se ultrapassar os limites de um contingente ou mesmo as fronteiras de um país.

Riva/ Lizete

10:40

26/03

O. 46.2

(2)

E por que, Sr.Presidente, Srs.Deputados, faço ~~estas~~ ^{tais} considerações? —

(Pela pandemia de cólera que assola o nosso país
Pandemia importada do Peru e que registrou 1602 casos, no
Brasil, nos dois primeiros meses de 1992!

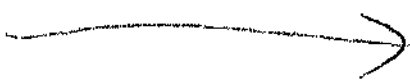
O Ministério da Saúde mudou até o critério de contagem das vítimas do cólera, objetivando melhor visão do quadro existente, até agora não muito claro.

E DE ONDE VEM O CÓLERA? —

(O único reservatório do vibrião colérico é o homem. A doença mantém-se através do ciclo de transmissão homem-meio ambiente-homem. A transmissão faz-se primariamente, através da ingestão de água doce ou salgada contaminada ou, secundariamente, por ingestão de alimentos poluídos, por manipulação de produtos ou pelas moscas. Enfim, pela ausência de SANEAMENTO BÁSICO!

Tivesse o Brasil auxiliado o Peru, dentro do espírito do Tratado de Cooperação Amazônica, a combater o cólera, na sua primeira manifestação no território peruano, talvez essa pandemia não viesse a ocorrer. Faltou a ação articulada entre Governos.

E O QUE NOS RESTA FAZER? —



S/ Márcia.

(3)

Por maior que seja o empenho do indivíduo em manter e promover a **própria saúde**, poucos frutos serão colhidos se não houver esforços em **benefício** da saúde **coletiva**, **consustanciados** pelo que se costuma chamar de **SAÚDE PÚBLICA**.

é na saúde ^{b/}~~pública~~ que está a grande lacuna que nos **mot**ivou a ocupar a tribuna desta **Casa**. **NÃO** EXISTE SANEAMENTO RURAL NO **DISTRITO** FEDERAL!

Setenta e duas comunidades, aí envolvendo núcleos **rurais**, aglomerados, colônias, **agrovilas**, **nao** têm acesso ao saneamento básico.

São cem mil **pessoas** desassistidas no meio rural, espalhadas por todo o Distrito Federal, que poderão vir a se transformar num veículo de **doenças transmissíveis graves**, como o cólera, prejudicando ^{se} e podendo prejudicar os demais dois **milhões** de **habitantes**, se contarmos o Distrito Federal e o **Entorno**.

Utilizando-se os dados da Secretaria Nacional de Saneamento, de **160** dólares **por** habitante, custaria **16** milhões de dólares americanos, **aproximadamente** 27 bilhões de cruzeiros, ^{o/} ~~para~~ ^{custo} **atender** a comunidade rural do Distrito Federal com saneamento básico.

ANA / LIZETE 26/03 10:44 : (TADEU RORIZ)

0 - 58/1

VIA ARQ. DA FUND. DO INSTIT. FEDERAL

(4)

Se compararmos esse dados aos investimentos realizados pela CAESB nas Estações de Tratamento de Esgotos de Brasília, de centenas de milhares de dólares, verificaremos que o custo/benefício do saneamento rural é altamente compensador.

Evidentemente, e este custo poderá baixar, e muito, se utilizarmos as recursos disponíveis da Fundação Zoobotânica, NOVACAP, CEB, EMATER, Fundação Educacional, Instituto de Saúde, CAESB, SEMATEC, Administrações Regionais e o auxílio do povo, sob regime de mutirão.

Recomendei a minha assessoria, promova estudo para que possamos introduzir, na Lei Orgânica, um capítulo que trate do SANEAMENTO RURAL.

Estamos também concluindo o Projeto de Lei sobre a implantação, no Distrito Federal, de um Sistema Distrital Integrado de Saneamento Rural, dotado de abertura para recebimento de cooperação técnica, científica e tecnológica. Como sabemos, nossas técnicas, hoje, têm somente a experiência do saneamento urbano, com tecnologia sofisticada e cara.

~~S/SABA.~~

CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(5)

Estou, pessoalmente, visitando as comunidades rurais, para que, ouvindo e aprendendo com o povo interessado, possa melhor entender a questão e auxiliar no encaminhamento das soluções.

Tomei também a iniciativa de enviar às Administrações Regionais, SEMATEC, EMATER, CAESB, CEB, Fundação Zoobotânica, Fundação Educacional e FUNAP, pedido de informações sobre o atual envolvimento dessas entidades em saneamento rural e qual o potencial existente.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou cobrando do Palácio do Buriti definição sobre a previsão orçamentária para saneamento rural, em 1992, orçamento este por nós acompanhado com vivo interesse.

Agradeço a atenção e informo que estou aberto as contribuições dos meus nobres pares para este grave e premente problema da população rural do Distrito Federal.

~~MUITO OBRIGADO.~~

~~Brasília DF 12 de março de 1992~~

~~SHIS completa 20 anos~~

SABA/LIZETE

26.03

10:46

0.59/60-1

Sr. Presidente, Sr. Deputados, gostaria de aproveitar a oportunidade para, nesta tribuna, lembrar os 30 anos de atividade da :

SHIS,

tendo a frente o Sr.

Nelson Tadeu Filipe, ^{Presidente, que} nestes 30 anos de ^{benefício} vem contribuindo,

colaborando, trabalhando em ^{função} da população menos privilegiada

trabalho árduo, devidamente reconhecido ^{pela} toda ^{nos} comuni

dade do Distrito Federal. ^{[Congratulamos com a}

^{da SHIS} Diretoria e fazemos voto para que ^{continua} ^{realizar o} ^{impenhar um} trabalho

em prol da população carente do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, ^(Sr. Presidente.) muito obrigado!

O SR, PRESIDENTE (José Ornellas) - Passo a presidência ao Sr. Deputado Tadeu Roriz.

~~O SR. PRESIDENTE -~~

~~S/Lilian~~

Lilian/Lizete

26/03

10h48

o-61/1

~~(Assume a Presidência o Deputado Tadeu Roriz)~~

O SR PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero somar ^{me} ^{Vão} ^{supção} Deputado Tadeu Roriz, na suas preocupações com relação ao cólera, que pode vir a atingir nossa cidade, nesse sentido, apresentamos a Casa requerimento ^{para} ^{coitando} que o Secretário de Saúde Jofran Frejat venha prestar as informações necessárias, inclusive quanto as providências.

Tomadas.

Espero ^{que} que esse requerimento seja votado, o mais urgente ^{possível} possível, neste Plenário, ^{a fim de} que o Secretário venha prestar as informações ^{de} ^{dever} possamos cumprir nosso ^{papel} papel junto à sociedade» [Pelo, assim, o apoio dos Srs. Deputados ^{para} ^{para} aprovar ^{ção do} ; presente requerimento.

Outra questão que ^{de se} ^{queremos} abordar na sessão de hoje, ^{com} ^{farto} ^{grande} que vem gerando polémica, ^{notícia} ^{rio}

Lilian

26/03

10h48

0-61/2

~~da~~ imprensa com vários personagens envolvidos,

incluindo

o Deputado Federal

Paulo Otávio, ... é relativo ao problema da
~~problema da antena do~~ famosa antena do Gama,
 cuja população vem, para resolvê-lo.
 que o problema vem ocorrendo há tantos anos, lutando.

Também tem defendido esse assunto

(Companheiro Deputado Manoel Andrade)

dos moradores daquela Satélite, nos quais me incluo.

[A

antena ~~per~~ instalada . não serve.

s/Fran

(Deputado Pedro Celso)

A um custo de cinquenta e oito milhões de cruzeiros ^{de} dinheiro público jogado no ralo ^{porquê} ~~uma~~ ^{essa} antenna foi ~~construída e permaneceu~~ ^{construída e permaneceu} sem funcionar, quebrada, ^{sua} aliás, desde a instalação, essa antenna, nunca serviu ~~para~~ ^{para} comunidade do Gama. a transmissão sempre foi ruim, da pior qualidade. ^{há} ^{ela} ~~há~~ ^{há} semanas que não funciona. ^{Agora, eis a} ^{do Gama, Sr.} ~~há~~ ^{há} uma NOVA reivindicação do Administrador César Lacerda, e o do Deputado Federal Paulo Ovídio ^{para} ~~para~~ construção de uma nova antenna no Gama. ^{Isso significa novo gastos com} ~~Isso significa novo gastos com~~ dinheiro público, precisamos saber o que vem acontecendo com relação a isso, ^A ~~há~~ ^{há} comunidade do Gama, ~~duzentos e cinquenta~~ ^{duzentos e cinquenta} mil habitantes, precisa ser tratada com mais respeito, ^{emprego do} ~~o~~ ^{emprego do} dinheiro público precisa ser melhor fiscalizado, inclusive por nós, Deputados eleitos pela ^{população} ~~comunidade~~ do Distrito Federal. ^{esta é a} ~~é~~ ^{esta é a} nossa preocupação, que estamos trazendo aqui ^{para} ~~que~~ ^{para} que a sociedade ^{dela} ~~tome~~ ^{dela} conhecimento, porque esse negócio está virando brincadeira, ^{Agora} ~~se~~ ^{Agora} se fala em construir uma nova antenna, mais potente, ^{o que aconteceu com} ~~Vão~~ ^{o que aconteceu com} gastar mais dinheiro, e queremos saber ~~sobre~~ ^{sobre} aquela antenna ^{for} ~~que~~ ^{for} instalada lá. Dizem que o material não era apropriado, que o local de instalação ~~da antenna~~ ^{também} ~~era~~ ^{também} não era apropriado. ^{mas} ~~nessa~~ ^{mas} brincadeira foram ^{gasto} ~~cinquenta e oito milhões de cruzeiros.~~ ^{gasto} ~~cinquenta e oito milhões de cruzeiros.~~ estamos em ^{contato} ~~contato~~ com o Deputado Manoel Andrade para, ^{numa} ~~uma~~ ^{numa} ação conjunta, ^{saber} ~~qual~~ ^{saber} o custo real da obra, os documentos licitatórios, ^{a sua execução,} ~~o~~ ^{a sua execução,} o contrato ~~para~~ ^{para} essa obra ~~fosse~~ ^{fosse} ~~em~~ ^{em} firma

FaANCÊSKA/ARNAUD

10:50

26/03/92

0 - 62/2

(Depuatdo Pedro Celso)

Vencedora
~~ganhadora~~ da licitação, para que essa coisa se esclareça, *a fim de* ~~para~~ que
sejam punidos
~~possamos punir~~ os responsáveis. O que está acontecendo é uma verda-
deira irresponsabilidade. *[* São preocupações que estamos trazendo aqui.
] Estamos preparando requerimento de informações, estamos discutindo

S/Ivi

Ivi/Arnaud

26.03

10h52min

6
0/53.1

Pedro Celso

em conjunto com o Deputado Manoel Andrade, para que se apure

a responsabilidade ^{que a} da população do Gama, que luta por

essa antena ^{há} a tantos e tantos anos, seja tratada com mais res-

peito; e que o dinheiro público seja melhor fiscalizado e

o melhor aplicado,

Ela - que tinha a dizer,

Serianisso, Sr, Presidente.

Ivi/Arnaud

26.03

0/63.2

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Sr.

Deputado Gilson Araújo,

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público presente, quando me encontro diante de injustiças sociais praticadas contra os cidadãos, especialmente os mais fracos, como o menor abandonado, ^{os}vidosos, ^{os}posseiros rurais, ^{os}desempregados, minha espiritualidade fica abalada. Em que pese ^aminha contribuição ^{na}de luta contra qualquer tipo de injustiça e desrespeito ^{às pessoas,} ~~ao ser~~

fico decepcionado com a falta de humanidade e ^{com as}desigualdade ^{existentes na} ~~da~~ sociedade selvagem em que vivemos. ^{Sr. Presidente,} No Park Way, ^{foi}

instalada, uma prefeitura comunitária com

~~S/Kátia~~

KATIA/ARNAUD

26/03/92

10:54

0-64.1

(Deputado Gilson Araújo)

o objetivo único de oprimir os moradores e produtores rurais de Vargem Bonita, que ali estão desde 1960. Cercas de arame de posseiros têm sido constantemente derrubadas pela pressão dos moradores do Park Way, alguns dos quais fazem parte desta dita Prefeitura. Crianças, idosos e senhoras tem sido constante vítima dessa Prefeitura. Os animais dos produtores e moradores que estão ali desde 1960 têm sido diariamente vítimas do Estado, que, através dessa Prefeitura, pressiona o órgão competente a Fundação para retirá-los dali. Há toda uma relação histórica do Distrito Federal com o uso do solo, principalmente em relação aos posseiros, que aqui vieram construir casas, monumentos, Ministérios.

Os trabalhadores de 1957 e 1960, que aqui estão e que se transformaram em posseiros e produtores rurais, têm de ser respeitados. Na quarta-feira, recebi no meu Gabinete, o Sr. Odair Gonçalves, um senhor de 60 anos, que lamentava a sua decepção com a questão do uso do solo, no que diz respeito aos posseiros. Esse senhor, com vigor físico, sentado à mesa no meu Gabinete, contava que já não estava conseguindo dormir há uma semana, dada a pressão e oprimão que vinha sofrendo.

SEGUE LÚCIA...

LÚCIA/ARNAUD 10:56 26/03/92 Gilson Araújo 0 - 65/1

[Ele recebeu uma notificação de um órgão público ^{de} que, no dia seguinte,
^{ma} a casa ^{lobby} seria demolida, por pressão, por ~~de~~ dessa prefeitura ^{ponto} em
^{as} ~~benéficas~~ autoridades públicas. No dia seguinte, ^{sur}
 preendi-me ^{com a} ~~quando recebi~~ a notícia ^{de} que esse senhor, ao se deitar,
^{só} ~~na seguinte~~ ^{infarto} teve um ~~infarto~~ e amanheceu morto!

Companheiros, a questão de Vargem Bonita tem ^{de} ~~que~~ ser en-
 frentada com seriedade daqui para frente. Neste momento, estou tomando
 conhecimento ^{de} ~~que~~ existem em Vargem Bonita pessoas do Estado oprimindo
 aqueles moradores com o único interesse de continuar ^{esse} ~~esse~~ processo de
 selvageria que vem sendo praticado por alguns órgãos do Distrito Fede-
 ral ' com o objetivo de expulsar cada vez mais posseiros, pessoas fra-
 cas, ~~os~~ pobres, para os recantos mais distantes do Distrito Fede-
 ral. [Eu diria que, nestes trintas anos, apenas em dois momentos tivemos
 um princípio de respeito para com os moradores das sessenta favelas do
 Distrito Federal: ^{de governo} foi no período do Deputado José Ornellas, ^{quando} ~~quando~~ o
 Paranoá recebeu alguns benefícios, como a instalação de luz e de . . .
 chavariz ^{no} ~~no~~ Governo Joaquim Roriz, que tem procurado corrigir es-
 sas distorções ^{uma vez que} ~~porque~~ a cultura do funcionário público atual ainda é
 repressiva. Os moradores de Vargem Bonita,

Aya/Arnaud

26/03

10:58

(Gilson Araújo)

0/66/1

~~a~~ ^{a ação dessa} continuar ~~com essa~~ Prefeitura, ^{de pessoas que residem no} ~~que pessoas do Park Way,~~
^{Park Way há} ~~menos de dois anos,~~ ^{pisando e esprelhando} ~~sentem-se no direito de pisar~~
^{aqueles} ~~que~~ ^{há} trinta anos estão ^{lá,} ~~os~~ moradores de Vargem Bo-
^{repita,} ~~nita~~ vão dar o grito de guerra daqui para frente.

Ou esta Casa se envolve ^{na questão,} ~~com os moradores~~

acelerando a solução para aqueles moradores, ou eles darão um
 grito de guerra. Esta ^{situação,} ~~relação~~ queira ou não o Estado, será
 resolvida de uma vez por todas, porque os direitos ~~daque-~~
 les cidadãos ^{daqui para frente} ~~serão~~ ^{serão} diariamente buscados. O povo vai-
 se unir e ^{os} ~~daqueles~~ componentes daquela Prefeitura receberão
 o troco a partir de hoje, em Vargem Bonita.

Ou se resolve essa questão de Vargem Bonita de uma vez
 por todas ou vamos ter ^{há é mais possível} ~~problemas~~ ^{associação de negri}
^{assistir impotentemente} ~~ver~~ ^{serem} ~~agora~~ morrer gente por opressão, cercas ^{derru-}
^{matos por} ~~matos~~ ^{para} pessoas que ali moram em mansões,
^{há} ~~menos de dois anos,~~ ^{que} ~~querem~~ cercar Vargem Bonita ^{com a} ~~para~~ expulsão dos
 posseiros, Isso vai ter um ponto final a partir de hoje.

A partir de ^{agora} ~~agora~~ os direitos
 de cidadania daqueles moradores que construíram Brasília, que construí-
 ram os ^{paralelos} ~~paralelos~~ ^{usamos} ~~que~~ hoje ; ^{estamos usando} ~~serão~~ respeitados.
^{depois a} ~~pedir~~ ^{que ouça} ~~que esta Casa~~ o lamento dos

Aya/Arnaud

26/03

10:58

0/66/2

Arnaud
moradores de Vargem Bonita.

V. Pessa
~~re-poder~~ aos nobres companheiros que se envolvam na questão dos posseiros do Distrito Federal. Dentro de alguns minutos, estaremos, também, no Palácio do Buriti,

S/ Gilwânia

GILWANIA/ÉDSON

26/03

11:00

0

67.1

CL 46

S

GILSON ARAJO

pedindo ao Governador Roriz, que já vem procurando uma
solução para Vargem Bonita, acelere essa solução.

sendo democrático, ^{esses fatos} acontecem à revelia

do Governador, com a presença desses posseiros aqui,

que os Deputados ^{deem} o apoio a essas famílias oprimidas, que aqui

pedir socorro.

~~Muito obrigado, Sr. Presidente.~~

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) Com a palavra o Deputado Ag-
nelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PCB. Sem revisão do orador.) - Sr. Pre-
sidente, Sras. e Srs. Deputados, ^{depois os conhecimentos de V. Exas.} ~~estaria aqui de levantar~~ uma questão ^{de}
grande importância, porque está em jogo a própria ^{imagem da} Câmara Legisla-
tiva, a nossa Casa, ^{de} inclusive
a garantia para a sociedade ^{de} que esta Casa Legislativa tem de fato dado
contribuições importantes para a vida da nossa população.

...
Câmara Legislativa concedeu aos estudantes do Distrito Federal

^{uma} conquista ^{importante!} o passe estudantil, o direito de

s/Hermione.

continua o Sr. Agnelo Queiroz.

pagar 1/3 do preço da passagem ^{de ônibus e} também ^{pagar} a metade do preço dos cinemas, teatros, casas de espetáculos, em geral, ^{de viabilização} conquista vem sofrendo dificuldades.)

Primeiro, foi ^o aumento ^{da entrada} do preço de teatros, cinemas, e. o primeiro e grande estimulador dessa atitude, para nossa tristeza, foi a Fundação Cultural, órgão que deveria fiscalizar ^{o cumprimento da} lei.

Obviamente ^{houve} uma grande reação da sociedade, ^{a imprensa deu} apoio importante, denunciando ^{essa} manobra no sentido de burlar a lei e torná-la ^{inviável}.

^{Também a} Justiça ^{deu seu apoio, pois} processa os responsáveis por essa atitude. Essa primeira etapa ^{foi} vencida, ^{ainda} não completamente, mas ^{ocorreu} grande reação da sociedade.

Agora vem outra etapa, com relação à emissão das carteiras estudantis. ^{Há dois meses} as entidades estudantis estão emitindo as carteiras, legalizadas, ^{essa} acompanhada pela Câmara Legislativa, ^{Já foram emitidas} 35 mil carteiras.

Então, de repente, o Governo ^{emite} uma circular, impedindo que a empresa contratada ^{continue} expedindo as carteiras.

CL-48

RS

Hermione/Edson

26/3

11:02

068/2

nas escolas públicas.

~~Eros~~

circular

cerceria

odivito de

S/M^a.Marlene.

Maria Marlene/Edson

26/03

11/04 (Agnelo Queiroz) 0.69.1

os estudantes

das escolas públicas,

receberem suas carteiras. A alegação que existe outra entidade que pode

fazer isso. Então o governo chama para si a responsabilidade de decidir qual

a entidade que deve emitir carteiras, o governo chama para si a responsabilidade de regulamentar uma

lei que não precisa de regulamentação. (Chamo a atenção do Sr. Presidente em

exercício e do Presidente desta Casa, Deputado Salviano Guimarães, e de todos os Deputados para essas

questões. Esse tipo de atitude tem o objetivo muito claro

de tentar rebaixar o papel da Câmara Legislativa, de desmoralizar

a Câmara Legislativa. As conquistas que a Câmara resgatou da sociedade

estão sofrendo esse tipo de ataque. Ontem o governo estava com uma

portaria, já assinada, não foi publicada, em virtude da negociação

que já aconteceu. A portaria regulamentava a lei, já clara; o es-

tudante tem direito a pagar meia entrada, precisa da carteira estudantil, para fazer desse direito

Essa carteira é emitida pelas entidades estudantis.

Não tem nada com Secretaria de Educação, nada com o Governo. Se uma enti-

dade brigar, é problema delas, que deve resolver seus problemas politi-

camente ou na Justiça. A negociação teve aspectos posi-

vos. Primeiramente, não haver mais a intervenção do Governo, em segun-

do lugar, o Governo não pode ser árbitro dessa

S/MARLENE

atitude. Vários Depu-
tados desta Casa: Gilson Araújo, Fernando Naves,
Wasny de Roure, ~~Lauro~~ ^{estive} ~~Geraldo Magela~~ ^{estive} ~~estive~~ ^{estive} com o A. ~~prezada~~ ^{prezada} A Câmara

presente, porque quer a garantia de que os estudantes go-
zar ~~de~~ ^{de um} direito aqui conquistado.

tentar impedir ^{de} de carteiras na escola pública é mais uma atitude
para barrar a lei. E cito depoimento de um Senhor
chamado Jos Parente, ^{publicado} no "Correio Braziliense" do dia 24:

As carteiras são ilegais; não têm validade as carteiras que
estão sendo emitidas; a emissão não foi ainda regulamentada e
está suspensa pela Secretaria de Educação. Informação confirmada pelo assessor
de imprensa da Secretaria.

Mesmo com os esclarecimentos, ontem na nego-
ciação, o Governo não tem nada a ver com ^{a emissão de} carteira estudantil.

Também os jornais, ^{de hoje publicam matéria} que preocupa muito, como, por exemplo, no "Jor-
nal de Brasília":

Uma antiga reivindicação dos estudan-
tes do Distrito Federal está sendo estudada pelo GDF, através da Secretaria da
Educação, Cultura e Transporte, ^{to} Governo pretende regularizar, nos próximos
dias o uso e a confecção da carteira estudantil.

O Governo pretende regularizar. O Governo não tem nada com
isso. E mais à frente: O GDF estuda o assunto, para definir o projeto de lei
que será submetido à Câmara Legislativa. →

(Agnwlo Queiroz)

1 A Secretaria de Educação informou que até a regularização do uso da carteira ninguém está autorizado a emitir identidade estudantil. Isso é uma intromissão indevida, autoritária, que não respeita a Câmara Legislativa, não respeita a lei, é mais uma atitude como aquela de aumentar os ingressos, de sabotar a lei. Esta atitude, no entanto, está gerando uma reação muito grande da sociedade.

E.O.
Governador

negou a sanção ao projeto vetado e o derrubamos o veto. Mesmo assim, o Governador se negou a sancionar. O projeto foi sancionado pelo Presidente da Câmara Legislativa. Agora a tática mudou. O Governo quer assumir a autoria do projeto.

A proposta saiu hoje no Correio Braziliense.

o passe estudantil e a meia entrada em promoções culturais e esportivas, garantir aos estudantes tarifas de ônibus a um terço do valor real, ingressos em espetáculos pela metade do preço, foram propostos e defendidos pelo Governador Joaquim Roriz e endossados pela Câmara Legislativa.

SULAMITA/EDSON

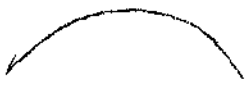
26/03

11h08m

0-71/2

(Agnelo Queiroz)

, ^{aprovados por} Governador ^{que} vetou mais de 30 projetos ^{esta} Casa, o que ^{impede} abaixa a qualidade de produção legislativa da Casa e ^{me-} ^{divulga os trabalhos} ^{da Câmara} ^{ao vetar projetos de interesse} ^{dos estudantes} ^{projeto que atende a reivindicação} ^{de toda a cidade}, e a Câmara rea-
firmou esse direito, ^{ele agora quer dizer que} o.


S/clara

MARIA CLARA/ARIMAR

26/03

11:10

0.72,1

(AGNELO QUEIROZ)

O autor desse projeto, mesmo o passe estudantil, depois de vetado, não
 contente, ele mandou um projeto aqui passando para metade do preço,
 e a Câmara Legislativa garantiu o que estava no projeto já aprovado, que era
 um 1/3. A câmara garantiu^e o governo queria tirar isso. O governo, hoje,
 quer^{ia} aumentar 50% para o estudante e reduzir o nú-
 mero de passe^e e agora vem f^{dizer} que a proposta foi o governo,
 foi o governo que indicou e a Câmara^{apenas} referendou.
 Olha^{em} o papel^a que a câmara está sendo^{relegada}. Não é possível!
Essa situação justifica providências das direção da Casa,
 da Mesa Diretora, no sentido de esclarecer a sociedade que esta Casa
 tomando atitudes em interesse da sociedade, mesmo que no momento tenha
 anuência do governador,
 a Câmara tem não pode aceitar sabotagem,
 porque isso é sabotagem. E depois de tanta^{essa} sa-
 botar, quer assumir^o a autoria do projeto. É um desrespeito enorme à Câma-
 ra Legislativa. Estou dando um exemplo concreto, mas existem vários outros,
 Qual o governador,
 que tem^{essa} uma atitude dessa em relação às Assembléias
 Legislativas, vetar^{ndo} 30 projetos dos Deputados, Então, não há condições
 nenhuma de continuar dessa forma. É preciso que a Câmara divulgue
 seus trabalhos à sociedade,

por suas atitudes

sociedade.

Não estão fazendo esta

crítica

MARIA CLARA/ARIMAR

26/03

11:10

0.72.2

] aos Deputados do Governo , porque ,

estiveram lá e
Deputado Gilson Araújo *se*

" • Fernando

Naves *também* referendaram a atitude da Câmara de garantir *o direito dos* ~~essa questão~~

estudantes, que querem ver *suas* ~~as~~ carteiras sendo expedidas rapidamente, *pois* é um

direito conquistado *pelos* ~~dos~~ estudantes.

Contra a
del ~~da~~ Câmara

Essa
~~essa~~ : atitu-

SADIANA

DIANA/ARIMAR

26/03/92

11:12

0.73.01

(O SR. Agenelo Queiroz)

atinge a todos. ^{os} 24 Deputados, ^{pois} ~~que~~ ten-
tam passar uma ^{negativa} imagem ^{de} da Câmara Legislativa, que ela
não melhorou em nada a qualidade de vida da população. ~~Essa~~
^{crítica} ~~ela~~ é muito perigosa ^{para a} ~~vamos~~ Câmara Legislativa.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Deputa-
do Edimar Pireneus.

DIANA/ARIMAR

26/03/92

11:12

0.73.02

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) -

GABINETE DO DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS .
PRONUNCIAMENTO REALIZADO EM 23/03/92 .

SENHOR PRESIDENTE DA MESA. CAROS COLEGAS
DEPUTADOS, COMPANHEIROS DA IMPRENSA, SENHORAS E SENHORES:

TENHO ACOMPANHADO, PEI...A IMPRENSA, AB
AVALIAÇÕES FEITAS POR REPRESENTANTES DO GOVERNO DO DISTRITO
FEDERAL SOBRE O PROBLEMA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AS FONTES
DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS, E NÃO POSSO DEIXAR DE EXPRESSAR,
NESTA CASA, A MINHA PREOCUPAÇÃO COM OS RUMOS QUE ESTE
ASSUNTO POSSA PROVOCAR, POIS O QUE ESTÁ EM JOGO, CAROS
COLEGAS, É, NA REALIDADE, O LIMITE DE SACRIFÍCIOS QUE O
CIDADÃO, O CONTRIBUINTE, TEM CONDIÇÕES DE SUPORTAR.

MUITO ME TEM FALADO A NECESSIDADE DE
PROMOVER A AUTO-SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL,
COMO PRINCIPAL CAMINHO PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DA
INSUFICIÊNCIA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, QUE SEM CENSO
REDUZIDA, A CADA ANO, PELO PRINCIPAL REPASADOR DE RECURSOS,
QUE É O DISTRITO FEDERAL, EXISTE, NO ÂMBITO
DESSA PREOCUPAÇÃO, UM GRANDE ERRO: EM RELAÇÃO À TAREFA DE
SE BUSCAR A AUTO-SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA COMO SOLUÇÃO PARA A
NECESSIDADE DE SE ATENDER DIVERSAS NECESSIDADES DE TODA A
POPULAÇÃO.

ESTE INDIVÍDUO CARO COLEGAS, ESTA EXATIDÃO
DO TRATAMENTO DO TERRITÓRIO AUTÔNOMO DE DE AMPLA DO
DISTRITO FEDERAL QUANDO SE FALA EM AUTO-SUSTENTABILIDADE

NÃO HÁ, PORTANTO, COMO DESVIAR A DISCUSSÃO SOBRE A INSUFICIÊNCIA DE REPASSE DE RECURSOS DA UNIÃO PARA O DISTRITO FEDERAL. NÃO HÁ, TAMBÉM, COMO EMBARALHAR ESSA DISCUSSÃO COM A QUESTÃO DA AUTONOMIA POLÍTICA QUE VEM SENDO CONQUISTADA PELA POPULAÇÃO, DENTRO DO PLANO EXERCÍCIO DO DIREITO DE ESCOLHER SEUS GOVERNANTES, INDEPENDENTE DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA QUE REGE A CIDADE QUE ESCOLHEU PARA MORAR.

ESTE GRANDE EQUÍVOCO APENAS DESVIA A DISCUSSÃO DE SEUS VERDADEIROS RUMOS, DETARDANDO A ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE DEVEM SER TOMADAS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO. É PREOCUPANTE, CAROS COLEGAS, QUE TENHAMOS RECEBIDO PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DESSE EQUÍVOCO DENTRO DE NOSSA PRÓPRIA CASA, ATRAVÉS DO PROJETO DE LEI APRESENTADO NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA, PROPONDO PLEBISCITO USANDO A MUNICIPALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.

ESTA PROPOSIÇÃO, CONFORME ADMITIU O SEU PRÓPRIO PROPONENTE, NÃO TERÁ FORÇA DE LEI E SERÁ APENAS UM INSTRUMENTO DE PRESSÃO A SER LEVADO AO CONGRESSO NACIONAL DURANTE A REUNIÃO CONSTITUCIONAL DE 1993.

MEUS COLEGAS, NOSSA PREOCUPAÇÃO COM O MAIOR PROBLEMA ECONÔMICO DA NOSSA CIDADANIA, COM OS SEUS PROBLEMAS DE SAÚDE, DE DESEMPREGO COM AS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, COM A SUELA DE CALÇADINHO QUE É A NOSSA RUA PARA A LOCOMOÇÃO, COM A FALTA DE ÁGUA POTÁVEL, COM A FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO, COM A FALTA DE ESPORTE PARA A NOSSA POPULAÇÃO, COM A FALTA DE ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NOSSAS INSTITUIÇÕES.

ESTE PROJETO DE LEI ATROPELA O PROCESSO DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, QUE ESTÁ EM CURSO COM A ORGANIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA. NÃO PODEMOS CONSIDERAR, COMO LEGISLADORES QUE SOMOS, QUE CABERA À LEI ORGÂNICA DEFINIR OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ORGANIZAÇÃO DA CAPITAL FEDERAL E SEUS PODERES E DE SUAS COMPETÊNCIAS, E SITUAÇÕES QUE APENAS SE ASSEMELHAM ÀS DOS MUNICÍPIOS, MAS NÃO SE IGUALAM, EM FUNÇÃO DAS NECESSIDADES CONSTITUCIONAIS.

NOSSA OBRIGAÇÃO, CAROS COLEGAS, NESTE MOMENTO QUE ANTECEDE A PROMULGAÇÃO DA NOSSA LEX ORGÂNICA, É TRABALHAR PELA AMPLIAÇÃO DAS CONQUISTAS POLÍTICAS DA POPULAÇÃO, COMO BASE DE SUSTENTAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO QUE SE PRETENDE IMPRIMIR À NOSSA REGIÃO. O PRÓXIMO PASSO É DADO COM A APRESENTAÇÃO, NO INÍCIO DO ANO PASSADO, DOS DOIS PROJETOS INSTITUINDO ELEIÇÕES DIRETAS PARA A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL - DA DE MINHA AUTORIDADE O GOVERNO DO NOBRE COLEGA GERALDO MAGALHÃES.

PARA RESECURAR MAIS ESTE PASSO DE CONSOLIDAÇÃO DA NOSSA CIDADANIA, PRESENTO AQUI A DOUTISSIMA ALTERNATIVA DA ORGANIZAÇÃO DE SEUS PODERES VIGANDO ALEGIAR A NOSSA LEI ORGÂNICA EM FORMA DE LEI, E INSTITUINDO OS REPRESENTADORES REGIONAIS, QUE DEVERÃO SER ELEITOS POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS. É AQUI QUE UM PROJETO DE LEI FAZ FEITO E É AQUI QUE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL DEVE SE ENGAJAR, PARA QUE O PROJETO SE TORNE EM LEI, E ASSIM SE CONSOLIDE A NOSSA CIDADANIA.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL NEM A UNIDADE TERRITORIAL DO
DISTRITO FEDERAL...PELO CONTRÁRIO " DAMOS A CAPITAL MAIS
CONSISTÊNCIA DEMOCRÁTICA..

DEMOCRACIA E RESPEITO AS INSTITUIÇÕES, CAROS
COLEGAS, SÃO INSEPARÁVEIS. E É ESTE O CAMINHO QUE TEMOS QUE
APONTAR E DEFENDER A VARYBc DO NOSSO TRAOALMO NEGTA CASA..
RESPEITO, MEUO DESTACAR QUE ELEIÇÃO PARA A)MIMISTRADOR
REGIONAL NÃO É UMA LUTA PARTICULAR DE NENHUM DEPUTADO, MAS,
SIM, A VONTADE DA POPULAÇÃO DE TODO O DISTRITO FEDERAL, QUE
TEMOS A OBRIGAÇÃO DE RESPEITAR E DE DEFENDER..

MUITO OBRIGADO..

Denise-Arimar 26.03.92 11h18 0/76.1

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Está encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos, agora, à

ORDEM DO DIA.

Há expediente sobre a ^{an}mesa.

Solicito ao Sr. 1º Secretário ^{Pedro Celso}que proceda à leitura da ^Dmes-

m.

(O Sr. 19 Secretário procede à leitura do seguinte:)

S/Riva

Demise / Auniar

11:18 26/03

0.76.93

CL-62

LIDO EM

26/3/92

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 1921

AUTORS DEPUTADO TADEU RORIZ

PARTIDOS PTR

ASSUNTOS Iluminação da BR-20 no trecho de Sobradinho a Planaltina.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, com base no Art. 105 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo a iluminação do trecho de Sobradinho a Planaltina na BR-20.

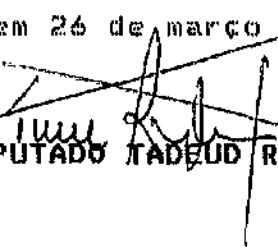
JUSTIFICATIVA

Constantemente somos procurados por comissões de moradores que nos pedem providências no sentido do Governo do Distrito Federal implementar a iluminação da BR-20 do trecho correspondente a Sobradinho-Planaltina.

Além do mais, acresce o fato de que às margens dessa rodovia temos vários núcleos populacionais, onde muitos estudantes de cursos noturnos são obrigados a enfrentar dificuldades no retorno às suas residências, seja de bicicleta ou "caminhando".

Finalmente, convém salientar que a iluminação do trecho Plano Piloto-Sobradinho já se encontra em fase conclusiva.

Saladas Sessões em 26 de março de 1992.


DEPUTADO TADEU RORIZ

Riva / Stein 11:20 26/03
(Osn. Secretário Pedro Albo)

CL-63
077-1

LIDO EM
26/3/92

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO TADEU RORIZ

INDICAÇÃO Nº 11/92.

AUTOR: DEPUTADO TADEU RORIZ
PARTIDO: PTR
ASSUNTOS: Concessão de Alvará de Funcionamento, a Título Precário, aos estabelecimentos comerciais em atividade no» diversos assentamentos do Distrito Federal.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por seu órgão competente, a concessão de Alvará de Funcionamento, a Título Precário, aos estabelecimentos comerciais em atividade nos vários assentamentos do Distrito Federal.

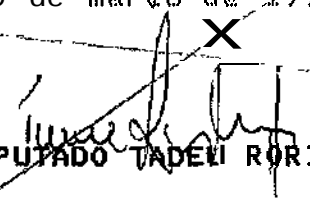
JUSTIFICATIVA

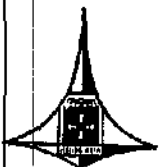
O Alvará de Funcionamento, a Título Precário» tem sido durante muito tempo uma prática que dá legalidade as atividades comerciais, sem torná-las, entretanto» permanentes e, por isso mesmo, pode ser revogado a qualquer época.

A concessão desse alvará nas áreas de assentamentos se justifica ainda mais pelo fato de que a atividade comercial é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer região.

Por outro lado, virá proporcionar ao Governo do Distrito Federal melhores condições de controle e fiscalização, bem assim, evita a evasão de receita pois os comerciantes passarão a recolher impostos que se reverterão em forma de benefícios para a comunidade.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1992.


DEPUTADO TADEU RORIZ

L100 EM
26/3/92

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 119/92

DOS DEPUTADOS:

* CLÁUDIO MONTEIRO
* AROLDO SATAKE
* AGNELO QUEIROZ

^f
CRIA O POLO DE CONFECÇÃO E
ESTABELECE NORMAS DE IMPL^E
MENTAÇÃO.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Pólo de Confecção do Distrito Federal, visando a implementação das micro e pequenas-empresas do ramo.

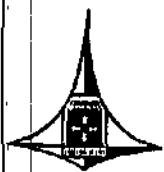
Art. 2º - O Polo de Confecção será implantado em área pré-destinada na Região Administrativa do Guará, no quadrilátero formado pelos limites: ao norte, pela via de acesso que liga o Guará II a Avenida das Nações; a leste, pela BR-040 e, a oeste, pela Via Contorno.

Art. 3º - Deverá ser exigida, para a implantação desta Lei, a condição de micro ou pequeno empresário, em plena atividade, em sua residência, em fundo de quintal ou em imóvel alugado, em qualquer ponto do Distrito Federal, pelo menos nos seis meses antecedentes^V a publicação desta Lei.

Art. 4º - A Secretaria do Desenvolvimento Urbano fica responsável pela definição do plano urbanístico do Pólo.

Parágrafo Único - O Polo deverá conter:

I - fixação de 200 (duzentos) lotes, sendo

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

100 de 100m² e 100 de 150m²; 5 (cinco) lotes de 300m⁰ e 3 (três) de 500m^p, para instalação das indústrias.

II - fixação de 1 (um) lote de 150m² para instalação de projeto comunitário.

III - fixação de 1 (um) lote de 600m^p para implantação de central de comercialização, e demais atividades integradas.

Art. 5º - Cada construção obedecerá a um gabarito de 3 pisos destinados à produção e à venda de confecções, como também a moradia de seus proprietários.

Parágrafo Único - A construção de subsolo será optativa.

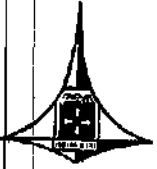
Art. 6º - Será enviado, no prazo de 30 dias a partir da publicação desta Lei, um grupo de Trabalho para assessoramento ao Governo do Distrito Federal à Câmara Legislativa na definição do plano urbanístico e seleção dos empresários.

§ 1º - o grupo de Trabalho referido no "caput" deste artigo será composto por 7 (sete) membros, a saber; 1 (um) indicado pelo Governo do Distrito Federal, 1 (um) pela Câmara Legislativa, e 1 (um) pelo SEBRAE/DF, 1 (um) pela Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Distrito Federal, 1 (um) pelo Sindicato das Pequenas Indústrias do DF, 1 (um) pela Associação Comercial do DF e 1 (um) pela Associação Comercial e Industrial do Guará.

§ 2º - Serão considerados serviços relevantes e gra

26/03

0.77.4
CL-66



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

tuitos as atividades do referido Grupo de Trabalho.

Art. 7º - A Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC será autorizada a orientar e acompanhar o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Art. 8º - Serão destinados ao projeto recursos do PROIN, Fundo Centro-Oeste e outros que se destinem a esse tipo de empreendimento.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

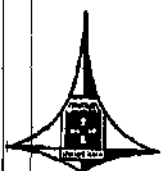
A grande problemática atual, que envolve toda a administração do Distrito Federal, reside no grande contingente populacional das suas cidades, como também do Entorno, gerando uma gama de problemas de difícil solução, na área de moradia, escola, saúde e sobretudo de emprego.

A escassez de empregos, por sua vez, agrava, ainda mais, os demais problemas mencionados.

É notório que o Governo não pode mais arcar com o ônus de empregar e empregar sempre, pela escassez de cargos, mormente pela fragilidade orçamentária.

Logo, é necessário que se crie outra fonte de empregos, que outra não pode ser senão o incremento do setor produtivo, gerador de bens e serviços.

26/03 0.778
CL-67



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A par dessa preocupação, a população aqui residente, além de manter a busca fundamental de emprego, ainda é intransigente quanto ao caráter das indústrias que venham a ser implantadas, pois são rejeitadas as propostas que comprometam a qualidade de vida, através da população ambiental.

Assim, a indústria de confecção é atividade ideal para essa ^{na}Unidade da Federação.

PÓLO DE CONFECÇÃO

Será formado pela concentração das empresas do ramo de confecção em uma mesma área.

A criação de um Polo de Confecção, com estrutura bem montada, tornará Brasília auto-suficiente quanto ao abastecimento interno, como poderá vir a ser grande distribuidor para outros Estados brasileiros, a exemplo de Ibitinga, com a Indústria de bordados, ou Juiz de Fora, com a indústria de malhas, ou ainda um centro exportador, dado a grande facilidade para tal, tendo em vista a presença das Embaixadas em Brasília e o incremento, já existente, ao comércio exterior.

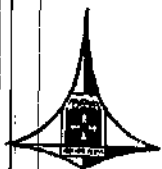
Por outro lado, temos aqui todas as condições favoráveis a instalação de eventos do porte de uma FENIT, uma Minas Mostra Mulher, uma Couro Modas e outros tantos de grande porte. São inegáveis as vantagens para o Distrito Federal, com eventos dessa relevância.

É importante salientar que o Distrito Federal tem vocação natural para a atividade em questão, a qual se encaixa perfeitamente na política do PROIN/DF, visto não apresentar ne

26/09

0.77.6

CL-68



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

nhum tipo de poluição.

Por outro lado, a posição geográfica estratégica do Distrito Federal, em relação ao País e a América do Sul, o distingue como praça privilegiada de comércio, por se constituir em ponto obrigatório de passagem de ~~comercadorias~~^{comercadorias} produzidas nos Estados mais distantes, rumo a seus destinos, sejam eles quais forem.

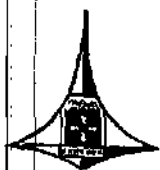
Ressalte-se, outrossim, que, analisando a população do Distrito Federal, observa-se em alguns setores renda alta em relação à média nacional. Ressalte-se ainda o fato de Brasília ser cidade administrativa, com grande contingente de funcionários públicos, grandes consumidores de confecção, por força de ofício.

Do ponto de vista social, a indústria de confecção é a grande saída por empregar um grande número de mulheres com baixo nível de escolaridade, que encontrariam dificuldades para conseguir emprego em outros setores - em muitos aspectos, a indústria de confecção está para a mulher não qualificada, assim como a indústria da construção civil está para o homem sem especialização profissional.

LOCALIZAÇÃO

A localização do Polo de Confecção ideal é aquela prevista no art. 22 dessa Lei, dada a sua posição privilegiada para o tipo de atividade que se pretende implantar.

Tendo em vista que o projeto prevê o desenvolvimento do setor confecção, bem assim trazer para Brasília o grande mercado da moda, é mister que certas condicionantes sejam obser

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

vadas.

Dessa forma aquela localização é ímpar por ter o Guará a maior concentração de indústrias do ramo, como também pelas razões a seguir: a proximidade do Park Shopping (ótimo ponto de referência para a moda), proximidade da BR-040 e da BR-060; proximidade também do aeroporto de Brasília, da estação Rodoviária e da rede hoteleira do Plano Piloto, bem assim, o acesso direto à Avenida das Nações e o fato de ficar aquela área praticamente equidistante em relação às demais cidades sa télites.

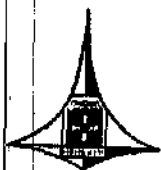
É importante ressaltar que a área existe e que já foi pré-definida para o Polo de Confeção desde 1990 e que, pa ra formalizar as negociações, foi elaborado o documento anexo, o qual deu origem a processo na Administração Regional.

PROJETO COMUNITÁRIO

Como em todos os segmentos, no setor confecção exis tem empresários de todos os tamanhos. Assim, existem aqueles, que, embora devidamente registrados, não têm condição de implan tar um projeto individual, por isso é impo rtante que se crie, dentro do Polo, um setor onde estejam instaladas as máquinas e a infra-estrutura necessária para a confecção de roupas, a serem utilizadas de forma comunitária.

ATIVIDADE INTEGRADA**COOPERATIVA**

O sistema associativista é a grande saída para os pequenos produtores de bens e mesmo para o Governo.



CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

A atividade de um pequeno empresário agindo isoladamente, torna-se quase inviável, dadas as suas limitações. Daí a importância do associativismo, o qual propiciará ajuda mútua.

E ganha também o Governo, vez que o fortalecimento do grupo o tornará menos dependente do apoio governamental.

São muitas as vantagens que advirão com a cooperativa:

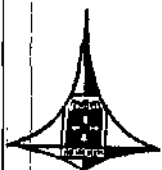
- 1 - possibilidade de divulgação eficaz, vez que a mesma será feita para o Polo e não para um empresário em particular.
2. maior segurança quanto a informações cadastrais de compradores, fornecedores e empregados, já que a eficiência de tais dados fornecidos a um grupo é muito maior do que aquela fornecida a um empresário, que, dificilmente, contaria com os meios para obtê-las.
3. maior facilidade no relacionamento com qualquer setor ou segmento, vez que o peso político de um grupo é consideravelmente maior.
4. possibilidade de redistribuição de produção, no caso de pedidos maiores que a capacidade produtiva de uma única empresa.
5. diversificação do produto oferecido, atraindo maior número de compradores.
6. redimensionamento e redirecionamento da produção, conforme a tendência do mercado.
7. contratação de profissionais, cuja capacidade

26/03
0.77.8
CL-70

26/03

0.77.9

CL-71



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

laborai exceda às necessidades de um empresário.

Nesta categoria, podem ser classificados estilistas, bordadeiras, cortadeiras, caseadeiras, técnicos para consertos das máquinas e outros.

8. aquisição de máquinas, cuja capacidade produtiva exceda às necessidades de uma empresa. Neste grupo, estão a caseadeira, galoneira, máquina para pregar botoes, máquinas para marcar emblemas e muitas outras.

9. a organização conjunta de desfiles, feiras e salões de moda. Para tanto, o setor poderá, até mesmo, ter equipe própria de manequins e o respectivo grupo técnico para a organização de tais eventos.

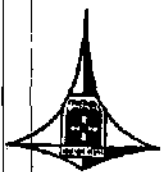
10. cursos de preparação real de mão-de-obra. Para tanto, será necessário o entrosamento do Setor com Órgãos do Governo e Entidades de Classe, tais como Secretaria do Desenvolvimento Econômico, FIBRA, ACDF, SEBRAE e outras assemelhadas, no sentido de empregar, racionalmente, estruturas já existentes, cujos recursos serão bem canalizados, proporcionando eficiência aos cursos e competência a mão-de-obra preparada.

A cooperativa se constituirá de central de compras, central de vendas, central de reciclagem e de uma sala que conte com máquinas específicas.

26/03

O. 77. 10

CL-72



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CENTRAL DE COMPRAS

Uma das dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas constitui-se na exigüidade de Capital de giro. Decorre desse fato a incapacidade de estocagem. Por outro lado, não dispõem de capital suficiente para concorrerem com as grandes empresas na aquisição de matéria-prima. Por comprarem pequenas quantidades, pagam sempre preço mais elevado, incorrendo no aumento dos insumos e provocando conseqüente sobrecarga no preço do produto final, tornando-o menos competitivo.

A melhor forma para sanear esse e outros problemas do Setor é a criação de uma central de compras.

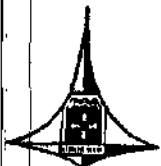
Essa central, uma vez constituída, tomará a si a incumbência das atividades relativas a aquisição de insumos.

Ela se constituirá de um "pool" de empresas para compra desses insumos, provocando a baixa nos custos e a possibilidade de aquisição de melhores produtos, na compra de matéria-prima, tendo em vista o volume de compra conjunta.

Outra vantagem representada pela central é a facilidade para contactar mercados, dado o volume de compras.

Entretanto, para que desempenhe bem o seu papel, alguns pontos devem ser observados:

- 1 - programação mensal das necessidades de matéria-prima e de mão-de-obra de cada empresa filiada.
- 2 - exigência de qualidade do produto a ser adquirido.
- 3 - compromisso mútuo das empresas filiadas, no sentido de adquirirem insumos, prioritariamente, através na



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

da central.

CENTRAL DE VENDAS

Uma outra dificuldade que atinge os pequenos é o es
coamento do produto.

Seja pelo pequeno volume da produção, seja pelo pre
ço elevado pago na compra de insumos, eles deixam de ser compe
titivos.

Também aqui se formará um "pool" de empresas para a
renda. Considerando as vantagens advindas com a central de com
pras, na viabilização das vendas, a central terá grande impor
tância.

Em função do volume de vendas, torna-se muito mais
fácil a colocação do produto em outras praças ou a participação
em concorrências públicas ou privadas, e até mesmo a consecu
ção de contratos de exportação.

Para tanto, é fundamental que se faça;

- 1 - programação mensal da produção de cada empresa.
- 2 - controle de qualidade do produto,
- 3 - compromisso mútuo das empresas no sentido de ven
der a sua produção, prioritariamente, através da cen
tral.

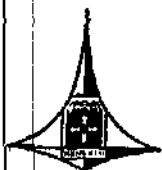
CENTRAL DE RECICLAGEM

Em qualquer tipo de indústria, acontecem as sobras.
Visando o aproveitamento dessas sobras, será criada uma cen

26/03

0-77-12

02-74



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

tral de reciclagem que aproveitará as sobras de tecido, couro e até mesmo de linha, dentre outras, e montará uma fábrica de bonecos e almofadas, talvez até dentro do projeto comunitário.

CRECHE

As empresas que virão a constituir o Pólo de confecção são servidas por mão-de-obra quase que exclusivamente feminina. Logo, as faltas ao serviço são uma constante no dia-a-dia das empresas, vez que o atendimento às crianças, através de creche no Brasil, é, sobremaneira, incipiente e que os salários recebidos pelas funcionárias não lhes permitem a contratação de pessoas para que cuidem de seus filhos.

Assim, é imperiosa a construção de uma creche no Setor, a qual minoraria o grave problema social representado pelo semi-abandono das crianças.

A creche evitará a grande rotatividade da mão-de-obra, contribuindo para o aperfeiçoamento das profissionais.

Por outro lado, essa creche poderá, talvez, se constituir no embrião de uma escola profissionalizante.

Dessa forma, três grupos serão grandemente beneficiados: o das crianças, que estará assistido; o das funcionárias, que trabalharão em condições de maior tranquilidade, portanto com melhor desempenho; e, por fim, o grupo dos empresários, que conseguirão maior produtividade.

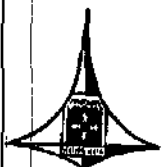
Ademais, cada um desses grupos beneficiados representará solução para mais um dos inumeráveis problemas da administração pública.

Handwritten signature and initials.

26/03

0.77-63

CL-75



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ESCOLA DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Do Centro de Atividades Integradas deve fazer parte também uma escola para formação real de mao-de-obra.

Como aliás, em todos os ramos de atividade, a mao-de-obra para o setor Confecção apresenta muitas deficiências aqui no Distrito Federal.

Para saná-los, é de fundamental importância que os próprios empresários cuidem de supervisionar a preparação de profissionais ligados à atividade.

SÓ eles sabem de suas reais necessidades. É mister que essa mão-de-obra receba formação adequada e criteriosa, de forma a atender, de fato, as necessidades dos confeccionistas.

O campo de trabalho, consideradas as diversas especificações, é vasto. Já existem, no Distrito Federal, estruturas montadas, quais sejam, SESI, SENAI, SEBRAE, Portanto, são necessários entendimentos do setor interessado com esses órgãos, no sentido de se aplicar currículos que possam preparar a mão-de-obra para que possa atender, de forma real, o mercado.

Contudo, é necessário que o próprio Setor tenha estrutura própria, até mesmo para trabalhar em conjunto com aquelas acima mencionadas.

SALÃO DE EVENTOS

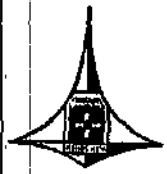
Tendo em vista o tipo de atividades a serem desenvolvidas no setor, ou seja, as relativas a moda, torna-se indispensável a construção de um grande salão.

Todo evento relacionado com a moda, quais sejam des

26/23

D. 77. 14

CL-76



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

files, exposições, feiras e outros, exigem espaço amplo, bonito e central.

Por outro lado, Brasília é deficitária nesse tipo de espaço e, no Guará, simplesmente inexistente, logo será um benefício também para a cidade.

Ademais, o Setor conta com espaço próprio, é altamente vantajoso, além de baratear os custos dos eventos, se constituirá em bom "marketing", por ser ponto de afluência de público.

RECOMENDAÇÕES

1. Pretende-se seja este um projeto modelo. Daí, a necessidade de, fixar na área, terrenos para instalação de um comércio de apoio.

Como tal, destaca-se atacadistas de tecido, couro, aviamentos e embalagens, "silk-screen", fábrica de etiquetas, lojas de peças e reparo de máquinas, restaurantes, lanchonetes, agências bancárias e outros.

Quanto aos primeiros, diretamente ligados ao setor confecção, praticamente inexistem aqui no Distrito Federal.

Os terrenos, necessários a instalação desse comércio, devem ter tamanho variado, conforme a necessidade de cada um e devem ser licitados.

2. Dado ser o Polo de Confecção um setor de indústrias e estar muito próximo a cozinha industrial do Sesi, recomenda-se a assinatura de um convênio para fornecimento de alimentação para os funcionários.

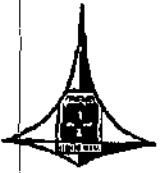
al.

X

26/03

D. A. 15

CL - 77



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3. O número de lotes previstos no art. 4º, parágrafo único, ítem I, não é suficiente para a instalação de todas as indústrias do ramo, cuja estimativa, deve ultrapassar o dobro dos 208 lotes previstos.

Muitos, entretanto, preferirão permanecer em suas cidades, ⁰por isso, é da maior importância que seja facultado a esses a possibilidade de aí permanecerem, e mais, que seja realmente liberado o funcionamento de confecção em residência, visto ser atividade não poluente nem quanto ao ar, nem quanto ao som. Ademais, é atividade com pouca movimentação, logo, perfeitamente compatível com o setor residencial.

CONCLUSÃO

Num momento em que o Governo Federal se volta para as micro e pequenas empresas, haja vista a assinatura recente de documentos que liberam linha de financiamento e fazem acordo de transferência de tecnologia, é importante lembrar que o Setor Confecção é representado exclusivamente por micro e pequenas empresas.

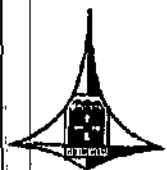
A melhor forma de distribuir mais adequadamente os frutos do crescimento e desenvolvimento é através do fortalecimento das microempresas e das empresas de pequeno porte, único segmento produtivo presente em todo o Distrito Federal.

Essa categoria de empresas constitui-se no instrumento mais eficaz para absorção de mão-de-obra, redução de custo social, como também, para geração e complementação de renda e diminuição das migrações internas, um grande problema para o

26/03

0.77.16

02-78



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal.

Logo, urge que se estimule e se aproveite o extraordinário potencial das micro-empresas.

Ressalte-se que a indústria de confecção, rigorosamente não poluente, surgiu espontaneamente, graças à capacidade empreendedora de muitas centenas de micro e pequenas empresas que vêm lutando e vencendo todas as dificuldades, inclusive preceitos entre consumidores, para atender às necessidades do mercado local. Os resultados positivos dessas iniciativas podem ser medidos pela penetração de seus produtos em mercados tradicionais de outras cidades brasileiras.

Cabe agora ao Governo reconhecer as potencialidades de nosso povo e nossa região e tomar as decisões políticas que levem ao nosso inexorável destino de ponto de convergência de idéias e produtos, de forma rápida e eficiente.

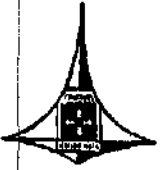
A criação do Pólo de Confecção inicia a montagem desse quadro favorável que apresenta todas as vantagens mencionadas neste projeto, que, entre outras, torna evidente o barateamento dos custos, bem como a competitividade do produto.

Dessa forma, estará garantida a eficiência do Setor,

í-fí essa eficiência, advirão muitos benefícios para alguns grupos como foi exposto. O benefício maior, contudo, será para o Distrito Federal, com o desenvolvimento, inclusive da indústria do turismo, que pode trazer a indústria da moda.

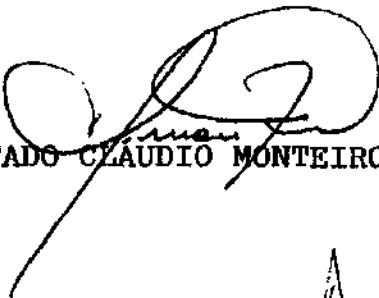
26/03 0.77.17

CL-79

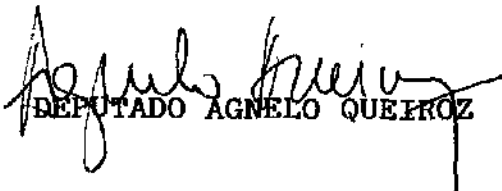


CÂMARA LEGISUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

Assim, espero que o Polo de Confecção seja uma das metas prioritárias desse Governo.


DEPUTADO CLAUDIO MONTEIRO

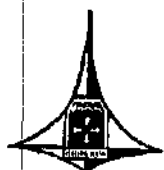

DEPUTADO AROLDO SATAKE


DEPUTADO AGNELO QUEIROZ

26/03

0.77-18

CL-80

LIDO EM
26/3/92

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Requerimento *de*

1 de 1992

Solicita da Presidência certidão para
defesa de direito.Exmº Sr. Deputado Salviano Guimarães
DO Presidente da Câmara Legislativa

Requeremos, com base no art. 52, inciso XXXIV, alínea "b", e Art. 106 do Regimento Interno, a V. Exª que se digne a fornecer declaração de que não foi auferida qualquer vantagem aos Deputados Distritais e Servidores relativa ao Auxílio Transporte durante a Vigência do Ato da Mesa Diretora nº 056 de 1991, a fim de instruir defesa em Processo Judicial.

JUSTIFICATIVA

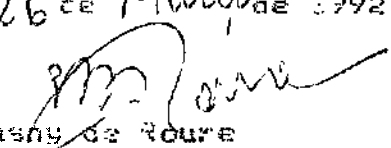
A Constituição outorga, em seu art. 52, inciso XXXIV, alínea "b", a obtenção de certidões (impressas) em nome da Presidência para defesa de direitos.

No Judiciário local, tramita o Processo nº 70/91 que aponta servidores e Deputados como beneficiários do Ato nº 056, de 1991 revogado pelo Ato nº 70/91.

Assim sendo, usando CIA fundamentação constitucional e regimental, solicitamos certidão para instrução do processo judicial e defesa em judicial.

Esperamos, PDs, ver o presente requerimento atendido por V. Exª.

Sala das Sessões, em 26 de Março de 1992


Dep. Gaspar de Souza

26/03

0.77:19

CL-81

LIDO EM

26/3/42

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

Oispõe sobre a criação da "Tribuna Livre" nas Sessões Plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal, modificando o art. 78 do Regimento Interno da Câmara Legislativa.

A CÂMARA LEGISLATIVA RESOLVE:

Art. 19 - Fica criada a Tribuna Livre nas Sessões Plenárias da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Art. 20 - A Tribuna Livre c? um espaço reservado nas Sessões Plenárias, ordinárias, das segundas-feiras, dentro do pequeno expediente e anterior aos Deputados inscritos, para exposição, pelo tempo máximo de 20 (vinte) minutos, de assuntos de interesse público, dos representantes de:

- I - Partidos Políticos;**
- II- Sindicatos e Centrais Sindicais;**
- III- Associações Comunitárias e similares?**
- IV - Entidades estudantis;**
- V- Entidades populares e democráticas sem fins lucrativos;**
- VI- Entidades e instituições culturais.**

Parágrafo Único - A utilização da Tribuna Livre será garantida a uma única entidade por semana.

Art. 30 - Terão direito a ocupar a Tribuna Livre as entidades legalmente constituídas e previamente inscritas Junto à Mesa da Câmara Legislativa.

Art. 40 - Os pedidos de inscrição deverão ser publicados no Diário da Câmara Legislativa e afixados em mural de avisos na parede externa do Plenário.

Art. 50 - Ao usar da palavra, o orador não poderá usar expressões contrárias ao decoro da Câmara, nem constituir descortesia aos Deputados, sob pena de ter a participação suspensa pela Mesa.

26/03

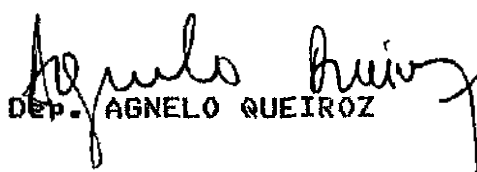
0.77-20

EL-82

Art. 69 . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 70 . Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 1992.


DEP. AGNELO QUEIROZ

JUSTIFICATIVA

A criação da Tribuna livre como espaço reservado a pronunciamentos das entidades representativas do Distrito Federal; reflete a necessidade de permanente articulação e busca de novos canais de expressão para os diversos segmentos da comunidade.

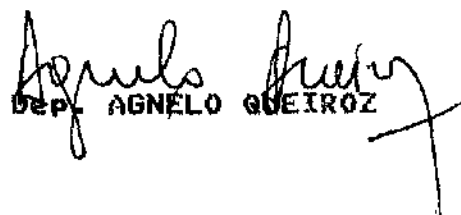
Surge, ainda, a Tribuna Livre, como excelente instrumento de participação direta da população na "Casa do Povo", aproximando a Câmara Legislativa, cada vez mais, das questões vividas pela comunidade.

Este Projeto, vale destacar, já se constitui realidade em diversas Casas Legislativas do País, enriquecendo a atuação dos Parlamentares, fortalecendo segmentos organizados da sociedade, intensificando a discussão dos grandes problemas vivenciados pela comunidade.

Tivemos o cuidado de considerar as peculiaridades do funcionamento da Câmara Legislativa. O acréscimo de 20 (vinte) minutos no horário de Pequeno Expediente, previsto no Art. 78, do Regimento Interno, em nada prejudicará as Sessões Plenárias. Ao contrário, será motivo de maior debate e participação dos *brs.* Deputados.

Esperamos que esse Projeto mereça dos ilustres pares a aprovação o mais rápido possível, beneficiando a sociedade organizada do DF.

Sala das Sessões, 24 de março de 1992.


DEP. AGNELO QUEIROZ

26/03

0.77.24

26-83

2100 EM

26/3/92

REQUERIMENTO NO

Requer, nos termos regimentais, informações ao ~~Senhor~~ Secretário da Fazenda e Planejamento sobre a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, recolhido pela Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB.

Requer, nos termos do artigo 107, inciso I, do Regimento Interno, sejam solicitadas, ao ~~Senhor~~ Secretário da Fazenda e Planejamento informações sobre a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, recolhido pela Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, com detalhamento, referente aos últimos dois anos, de:

1. montante recolhido mensal e anualmente
 2. documentos de controle da arrecadação e sua destinação
 3. distribuição dos recursos, discriminando toda a movimentação e demonstração dos objetivos alcançados
 4. cópia dos instrumentos contábeis que comprovam a aplicação dos recursos, relacionando todas as despesas empenhadas, realizadas ou não
 5. instituições financeiras, bancárias ou não, inseridas no processo, e seus agentes centralizadores
 6. órgãos de controle desses recursos na CEB, Secretaria da Fazenda e Planejamento e nas demais entidades ou instituições inseridas no processo
 7. resultados econômicos e financeiros obtidos com a aplicação desses recursos
- iii* cópia dos convênios e contratos que porventura incluam no recurso empenhados aqueles provenientes do ICMS arrecadado

26/03

0.77.202
CL-84

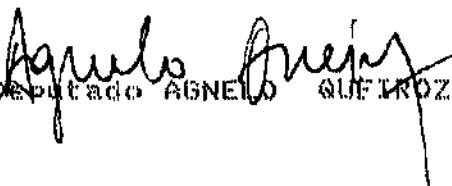
JUSTIFICATIVA

Através deste requerimento, a Câmara Legislativa do Distrito em seu papel de fiscalizar (Jora dos recursos públicos, assim como de defensora dos direitos do cidadão toras liense, Interneiona verificar se a utilização do ICMS arrecadado pela CEB está beneficiando nossa cidade, a ponto de compensar a contínua majoração das tarifas públicas, que vêm atingindo valores exorbitantes.

Neste momento de discussão sobre a conformação de nossa Lei Orgânica, é importante conhecer a gestão financeira do dinheiro público, de forma a garantir que o preço pago por nossa comunidade, pela utilização dos serviços ofertados pelo governo, vá proporcionando, a curto prazo, um nível crescente de bem-estar social.

Reafirmamos, assim, a competência exclusiva desta Casa, de fiscalização contínua e sistemática de todos os recursos que ingressam no caixa do GDF, zelando para que sua administração seja transparente, e que atenda aos principais anseios de nossa população.

Sala das Sessões, 26 de março de 1992.


DEPUTADO AGNELO QUEIROZ

26/03

O. 77-23

CL-85

LIDO EM
26/3/92



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 102

(Dos Deputados Lúcia Carvalho e José Edmar)

Dispõe sobre a regulamentação da
propaganda nos veículos de transpor-
tes coletivos.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º - Ficam os proprietários de empresas de
Transporte Coletivo autorizados a utilizarem os espaços exter-
nos e internos dos ônibus para divulgação comercial,

§ 1º - Os espaços a serem utilizados nas laterais
externas não poderão exceder a 1:80m de comprimento por 60cm
de largura;

§ 2º - O espaço a ser utilizado na parte traseira
do Ônibus não poderá exceder a 1:20m de comprimento por 60cm
de largura;

§ 3º - O espaço a ser utilizado na parte interna ,
no teto, não poderá exceder a 0,80cm de comprimento por 0,30cm
de largura, será permitido no máximo de 3 propagandas inter-
nas.

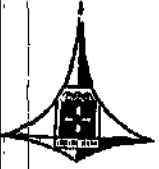
Art. 2º - Fica proibido a utilização destes espaços
para propagandas de partidos políticos, cigarros e bebidas.

Art. 3º - A verba conseguida através da propaganda
será assim distribuída 80% para a Câmara de Compensação com

de *ss*

26/03

O-77-24
CL-86



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

fins de barateamento da passagem e 20% para as empresas proprietárias dos coletivos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

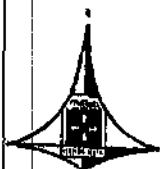
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a alínea "g", do inciso I, do artigo 15, da Lei 239, de 10/02/92.

Handwritten signature

26/03

0-77.25

CL-87



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei, ao facultar a veiculação de propagandas nos veículos de transportes coletivos do Distrito Federal, tem duas finalidades precípuas: a primeira e principal, abrir uma fonte alternativa de recursos para barateamento das tarifas de transportes públicos e a outra, de abrir mais uma fonte de geração de renda e de empregos.

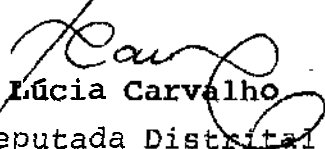
Como ocorre em outras cidades, a propaganda é regulamentada no ônibus.

As tarifas públicas no Distrito Federal são, relativamente, uma das mais altas do País. Além do que, como alega a própria Secretaria de Transportes, há muitas gratuidades, o que faz crescer ainda mais as tarifas.

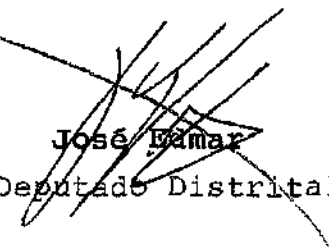
Faz-se necessário buscar fontes alternativas de recursos e cremos ser esta uma delas.

Assim, solicitamos o apoio de nossos pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, de de 1992


Lúcia Carvalho

Deputada Distrital


José Amar

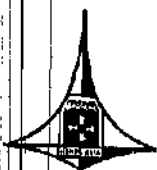
Deputado Distrital

28/03

2.77.24

OL-88

LIDO EM
26/3/92



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 192
(Da Deputada Lúcia Carvalho)

Requer informações à Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal sobre cumprimento da Lei nº 8.112.

Nos termos do Art. 107 do Regimento Interno da Câmara Legislativa solicito seja enviado à Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal o presente Requerimento de Informações:

Solicito informar como está se dando no âmbito do Governo do Distrito Federal o cumprimento da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, especialmente no que se refere a:

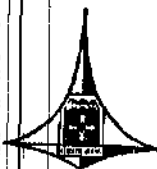
- 1) Incorporação da Gratificação pelo exercício da Função de Direção, prevista no Art. 62;
- 2) Licença-prêmio, a cada 5 (cinco) anos, previsto no Art. 87;
- 3) Adicional por tempo de serviço, previsto no Art. 67.

JUSTIFICAÇÃO

Recebemos informações de que a FEDEF, através de deliberações intra-governamentais, não está cumprindo esses três dispositivos.

26/03

077.27-
CL-89



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Desejamos confirmar a veracidade da informação, bem como saber a base para tal atitude, vez que a Lei nº 8.112 é clara ao se referir a essas questões, e está vigorando para o Distrito Federal a partir de 1º de janeiro de 1992.

Sala das Sessões, ... de ... de 1992


Lúcia Carvalho
Deputado Distrital
PT

Riva/ Maria Stein

11:20

26/03

0.77. 28

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Solicito ao ~~Deputado Pedro~~ ^{Sr. Secretário}

que proceda à leitura do 1º item da Ordem do Dia.

(O Sr. 2ª Secretário procede à leitura "do seguinte:")

ORDEM DO DIA PARA SESSÃO ORDINÁRIA

DIA 26.03.92

//
01) Apreciação do Veto Total ao Projeto de Lei nº 170/91
que; Dispõe sobre a descentralização, para a gestão do ensino públi
co no DF .

Autor: Deputada Lúcia Carvalho

Relator: Deputado Geraldo Magela ."

A SRA. LÚCIA CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra a Deputada Lú-
cia Carvalho.

~~A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora) - Sr. Presi~~

~~dente,....~~

S/ Márcia.

MARCIA/STEIN

25/03/92

11h22

0/78/1

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT.Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, eu pediria verificação de quorum, porque, neste momento, não temos 13 Deputados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada para verificação de quorum.

(Procede-se à chamada) - - - -

~~O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) -~~

S/ANA

AMA / MARIA 26/03 11:24 (TADEU RORIZ)

0 - 79/1

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Há quorum para a votação.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Geraldo Magela.

~~O SR. GERALDO MAGELA (PT. Prefere o seguinte parecer.)~~

~~Sr. Presidente, Srs. Deputados, ...~~

S/SABA.

O SR. GERALDO MAGELA - (PT. Profere o seguinte parecer:) -

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO B JUSTIÇA

RELATÓRIO DE VETO 00 EXC^{ma}
~~EN~~ GOVERNADOR ao Projeto de Lei nº
170/91, de autoria da Deputada Lúcia
Carvalho, que: "Dispõe sobre o repasse
direta e automaticamente de verbas para
custeio da manutenção das escolas".

A nobre Deputada Lúcia Carvalho trouxe a esta Câmara Legislativa Projeto de Lei dispondo "sobre o repasse direta e automaticamente de verbas para custeio da manutenção das escolas".

Nos termos da Proposição que passaria a reger o repasse de verbas para manutenção das escolas públicas do Distrito Federal as despesas seriam "aquelas destinadas à conservação e reparo das escolas, aquisição de material de consumo, outros serviços e encargos e taxas de serviços públicos".

Conforme: disposto na Proposição em tela, o "Poder Executivo depositaria, até o dia 15 de cada mês, em instituição bancária da mesma região administrativa em que se localizar a escola, os recursos financeiros para a manutenção da mesma", sendo titulares das respectivas contas-correntes o diretor e um membro designado pelo Conselho de Representantes da Escola, estabelecendo ainda que, para "fazer jus" a este repasse automático de verbas, o Diretor do estabelecimento de ensino deve ser eleito.

Quanto ao valor dos recursos o Projeto o fixa em "5% do total bruto da folha de pagamento do mês anterior da respectiva rede, multiplicando pelo índice Anual de Participação das Escolas de cada estabelecimento", sendo que o referido índice "será fixado a cada fevereiro e será correspondente ao número de alunos matriculados na escola em relação ao número de alunos matriculados na rede pública do Distrito Federal no ano em curso".

Em relação as escolas que não tenham Conselho Deliberativo, o repasse será de 30% da parcela ideal, pelo período de seis meses, quando deverá ser implantado e posto

S. Delibian

Lilian/Stein
(Geraldo Magela)

11h28

26/03

o-82/1

em funcionamento o referido Conselho, sob pena de cancelamento dos repasses.

Dispõe ainda o Projeto que **"Poder Executivo do Distrito Federal publicará, até o quinto d/a útil de cada mês, o total bruto e líquido da folha de pagamento do mês anterior da Rede Pública do Distrito Federal, incluindo as folhas de gratificação de Natal"**.

De conformidade com a Proposta, a utilização daqueles recursos, em cada estabelecimento de ensino, ficará a critério de seu Conselho de Representantes, vedada sua aplicação com pagamento de pessoal, devendo as escolas proceder à devolução das verbas não utilizadas no período de um ano, para constituição de um **"Fundo Complementar destinado à manutenção das escolas"**.

Par fim, determina o Projeto que a prestação de contas de cada repasse e o balanço anual deverão ser aprovados **"em assembleia da Comunidade escolar e enviado ao órgão encarregado no Distrito Federal, sob pena de interrupção do repasse de que trata esta Lei, no ano seguinte"**, e mais, as escolas deverão prestar contas mensalmente ao Conselho Deliberativo e trimestralmente à Fundação Educacional, devendo a Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Em justificação ao Projeto, a ilustre Deputada aponta as falhas do sistema, em grande parte decorrentes da excessiva centralização administrativa, resultando inclusive em prejuízos à qualidade do ensino, vez que, não raras vezes, chega-se a atrasar o início do ano letivo, pela falta de reparos pequenos, mas essenciais ao funcionamento da escola.

Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, a Proposição teve Emendas Supressivas do Relator, "das disposições que fazem referência a Diretores eleitos, Conselho de Representantes e Conselho Deliberativo", tendo obtido aprovação.

Levado à apreciação da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Projeto de Lei recebeu duas Emendas Aditivas e uma Modificativa, onde, no final, foi aprovada Emenda Substitutiva dispondo **"sobre a descentralização de recursos para a gestão do ensino público no Distrito Federal"**, aprovando-se em Plenário os Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Sociais.

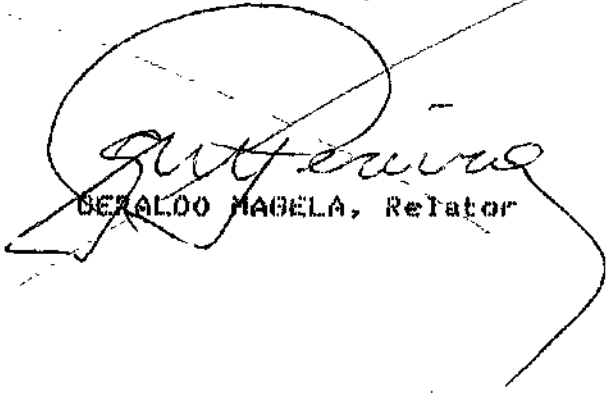
Por meio da Mensagem nº 169/91, o Ex.^{mo} Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa a ter negado sanção em seu todo, ao Projeto de Lei antes citado, invocando para tanto o art. 64, § 1º, da Constituição Federal.

CL 95

Em seus Motivos, a ^{Sr.} Governador alega que a
Proposição fere o art. 22, Incisos I e IV do Decreto
Legislativo nº 01/91.

é o relatório.

Sala das Sessões, 26 de março de 1992.


GERALDO MAGELA, Relator

~~O SR. PRESIDENTE~~

S/FRAN

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Em discussão o parecer.

Com a palavra a Deputada Lúcia Carvalho.

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora) - Sr.

Presidente, pelo que pudemos ouvir do Deputado Geraldo Magela que fez o relatório do veto, não tive muita clareza, por isso ^{eu} gostaria de informar aos Deputados que o projeto tinha alguns vícios que poderiam trazer ^{suspeitos à} ~~inibidos~~ sua aprovação. Originalmente, quando ^{eu} apresentamos ^{disse} ~~disse~~ que a escola só poderá receber os recursos descentralizados, se o diretor for eleito e se tiver o conselho constituído. Como não tivemos a aprovação disso, foi aprovado ^{um} ~~o~~ substitutivo, ^{que retira} ~~esse artigo.~~ ~~o final~~

O substitutivo aprovado, tem seis artigos, onde ^{se} ~~coloca~~ o seguinte:

- 1.º) o Governo do Distrito Federal, na gestão do ensino público promoverá a descentralização dos recursos ^{2.º)} ~~de~~ descentralização ^{de terminada} ~~no~~ no caput tem como objetivo atender às necessidades imediatas de conservação e instalação e suprimentos de material de consumo dos estabelecimentos de ensino da rede pública. A descentralização de recursos materiais faz -se -a^a mediante suprimento direto ^{as} ~~unidades~~ unidades escolares de ensino regionalmente por proximidade de estabelecimento.

ivi/Alzira 26.03 11h32min 0/84.1
(Baut. a Deputada Lucia CARVALHO)

3º- Poderão ser mantidos sob a administração da
Direção do estabelecimento de ensino, sem prejuízo de suas
atribuições administrativas e pedagógicas dadas até o li-
mite da dispensa dos processos licitatórios."

Eu trouxe uma tabela aqui, ^{esse} esse valor seria, hoje,
no limite de 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Temos a tabela
dos valores e o limite para dispensa, hoje, está em 1 milhão
e 200 mil cruzeiros. Não seria um valor grande, mas seria um
valor limite no sentido de se fazer a manutenção das lâmpadas,
das portas, do sistema de água, dos vazamentos, das paredes
rachadas, para que não chegássemos ao final do ano letivo tendo
que fechar a escola.

São seis artigos em que nós, no quarto ^{artigo,} artigo,
pedimos que o Poder Executivo regulamente a presente lei.
Apesar do veto, o Governador e a ²Secretaria de Educação, recen-
temente, foram à imprensa dizer que querem a ^{de}descentralização,
que gostariam de ver esse projeto, não citando o nosso, im-
plementado.

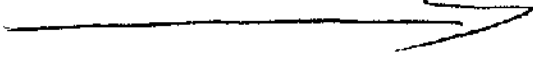
Nós ²apresentamos, no início do ano, tivemos contato
com a Secretaria de Educação, e tenho certeza de que o es-
pírito público de cada um de nós levará esse projeto a ser
novamente referendado. Quando ^{esse projeto} ~~W~~ passou pela Casa tivemos

Ivi/Alzira

26.03

0/84.2

^{mes} a aprovação, com dezoito Deputados presentes e dezessete votos
favoráveis. ^{Parabéns,} ~~tanto~~ pço a todos aqueles que acreditam

um projeto dessa natureza e, com a concordância do
Governador, venha a beneficiar 

~~S/Katia~~

(Deputada Lúcia Carvalho)

comunidade educativa tão carente. ^{é um projeto} ~~Ele~~ apresenta limites. Como fazer, o Governador ^{é quem} ~~vai~~ estabelecer. Portanto, peço apoio dos meus Pares para que possamos manter o projeto e derrubar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Com a palavra o Deputado Carlos Alberto.

O SR, CARLOS ALBERTO (PCB) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Enquanto a Deputada Lúcia Carvalho falava, eu estava fazendo aqui comigo uma imagem. Eu estava imaginando se eu acabasse de assumir um órgão público, no Executivo, ^{por exemplo,} ~~de alguma forma~~ ou por nomeação ou por eleição, ^{eu} ~~eu~~ ficava, então, pensando, ^o ~~o~~ que é melhor para o novo administrador? Que a administração anterior tenha sido boa ou tenha sido ruim? Eu respondi para mim mesmo que eu preferia ^t ~~que~~ que o Administrador anterior tivesse sido ótimo, porque eu encontraria poucos problemas e poderia me dedicar aos objetivos da Instituição, aos seus fins, ao invés de ficar apagando incêndios. Qual a motivação do projeto da Deputada Lúcia Carvalho? É um princípio geral, abstrato, de ~~des~~ centralização, colocado nas nuvens? Não. Eu acho que é a constatação de que as escolas públicas, as escolas da rede, têm ficado muito amarradas na realização de pequenos reparos, de pequenas mudanças, de pequenas transformações, pela falta de recursos. Então, vejam só, essa descentralização

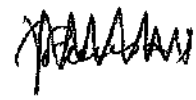
-SEGUE LÚCIA...

LÚCIA/ALZIRA 11:36 26/03/92 Carlos Alberto

0 - 86/1

a comunidade de ensino ^{foi} vem solicitando de longa data. Acho que,
no caso, quando a Deputada Lúcia Carvalho apresentou ^{esse} projeto não
foi com o espírito oposicionista ao governo, deve ter sido pela sua ex-
periência de educadora, de vivência na área. Realmente acho que essa
descentralização é desejável, permite efetivamente que a máquina fun-
cione melhor e ^{de} deixar de haver, então, o casuísmo na administração. E
qual é o casuísmo na administração? Quando não existem regras descen-
tralizadoras, cada vez que faço um gasto numa escola qualquer, eu sendo
o Governador, foi porque alguém entrou em meu gabinete, um professor
que foi meu amigo, que teve a capacidade de argumentação e, então, eu
concedi o recurso. Aquele diretor que não tenha proximidade com o Go-
vernador, ou com a Secretária, ou com a Diretoria da Fundação Educacio-
nal, mas que tenha necessidade ^{de} iguais àquela que foi lá e pediu,

não vai receber nada. ^{Dessa maneira se} ~~Então~~ elimina o casuísmo, ^{fi-2ªª} aperfeiçoa a
Administração Pública, numa realidade que já conhecemos. . . ^{Quero}
^{putando,} declarar ^{com} muita consciência, a rejeição desse veto.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Em discussão. Em votação. Os ^{Srs.} ~~de~~, Deputados que fc pronunciarem "sim" estarão mantendo o veto do Sr. Governador; os

LÚCIA/ALZIRA 11:36 26/03/92 Presidente Tadeu Roriz 0 - 86/2

que ~~se~~ pronunciarem ~~em~~ "não", estarão rejeitando-o.

Convido o Sr. Secretário a proceder^V a chamada dos Srs.

Deputados.

~~(Procede-se à chamada).~~

~~SEQUE AYA.~~

Aya/Alzira

26/03

11:38

0/87/1

(Procede-se à chamada.)

S/ Gilwânia

GILWANIA/ALICÉA

26/03

11:40

0

88.1

(Continua a votação.)

s/Hermione

Hermione/Aliceá

26/3

11:42

089/2

(CONTINUA À VOTAÇÃO)

S/M^a Marlene.

Maria Marlene/Alicéa

26/03

11h44

0.90.1

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Votaram 23 Deputados.

Foram encontrados 23 envelopes na urna. Vamos proceder à apuração.

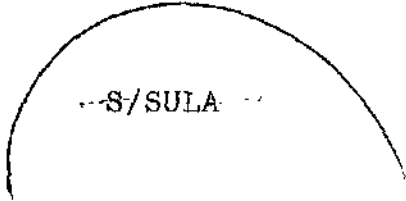
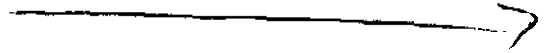
~~S7 MARLENE~~

tffarlene/Alicéa 26.03.92 (Presidente)

11:46

0-91/1

O veto do Sr. Governador foi rejeitado por 14 votos "não", 07
"feiro" 02 abstenções.



--S/SULA--

SULAMITA/ALICÉA

26/03

11h48m

0-92/1

O Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Roriz) - Convido o Deputado Pedro

Celso a assumir a Presidência *dos trabalhos.*

(Assume a Presidência o Deputado Pedro Celso)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Convido o Deputado José

Ornellas para secretariar os trabalhos da Mesa.

Convido o Sr. ~~João~~ *Ornellas*

S/Clara

MARIA CLARA/LIZETE

26/03

11:50

0.93.1

(O SR. PRESIDENTE)

... Convido o Sr. Secretário a proceder à leitura do ^{segundo} item da

Ordem do Dia.

(O SR. SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte:)

[Item 2: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 308/92, que dispõe sobre a extinção do Caixa Único a criação de novos mecanismos de gerenciamento do Sistema de Transporte Público do DF.

Relator: Deputado Carlos Alberto,

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Relator,
Deputado Carlos Alberto.

PPS. *emitir parecer*
O SR. CARLOS ALBERTO ~~CRP~~ Para ~~proferir a seguinte leitura~~

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados ,

Executivo, O Projeto de Lei nº 308, de 1992, *de autoria do*
dispõe sobre a extinção do Caixa Único,
sobre a criação de novos mecanismos de
gerenciamento do sistema de transporte
público do Distrito Federal e dá outras
providências.

~~Autor: Poder Executivo~~

~~Relator: Deputado CARLOS ALBERTO~~

Relatório do Veto

O Projeto de Lei epígrafado foi remetido a esta Casa pelo Senhor Governador com o objetivo de dispor sobre a extinção do Caixa Único, sobre a criação de novos mecanismos de gerenciamento do sistema de transporte público do Distrito Federal além de propor outras providências. Tramitando a Proposição em regime de urgência, recebeu 131 (cento e trinta e uma) Emendas. [A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade e legalidade da matéria e, no mérito, pela aprovação, com a adoção de algumas Emendas e rejeição de outras. A Comissão de Economia e Orçamento e Finanças, igualmente, opinou pela aprovação da Proposição. Também a Comissão de Assuntos Sociais recomendou a aprovação da matéria.] O Projeto de Lei em tela foi aprovado, em 15 e 22 turnos, pelo Plenário desta Câmara em 31 de janeiro último. Igualmente aprovada a sua redação final, foi a matéria enviada ao

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Senhor Governador. Sua Excelência sancionou a Proposição, em 12 de fevereiro; entretanto, vetou o Parágrafo único do Art. 22, que dispõe in verbis: "O passe integral ou estudantil terá validade durante o período de 30 dias, não necessitando de complementação pecuniária, em decorrência de eventual aumento de tarifa." [O argumento de Sua Excelência é o de que o dispositivo supratranscrito contraria o interesse público.] Lido o Veto ora relatado em 13 de fevereiro último, vem agora a Plenário para decisão terminativa.

á o Relatório, nos termos do disposto no Art. 180, Parágrafo único, alínea f da Regimento Interno desta Casa.

~~Sala das Sessões, em de de 1992.~~

~~Deputado CARLOS ALBERTO - Relator~~

~~O SR. PRESIDENTE...~~

~~S/DIANA~~

DIANA/LIZETE

26/03/92

11:52

0,94.01

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Agnelo Queiroz.

O SR. AGNELO QUEIROZ (PCB. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse ^{se refere ao} veto Projeto ^{sobre}

Caixa Único ^e tira o direito de não

se aumentar o preço da passagem durante o mês, ou seja, a validade do pas-

se, que seria de um mês, deixou de existir quando houver aumento da

passagem; os estudantes terão que complementar o passe. ^{r-} Como esses passes

são mensais ^e o aumento da passagem também, mensal, é óbvio que ^{dito} au-

mento ocorrerá ^a depois de expedidos os passes.

~~Nesse sentido, nossa Casa, que já está com a tradição de
lutar pelos interesses dessa juventude, sabe que o problema do passe é um
problema essencial ...~~

S/JUSSARA

(Continua Agnello Queiroz)

... o aumento da passagem também mensal — é — lógico que este aumento da
passagem vai sempre ocorrer depois de expedidos os passes. Neste sentido,

Nossa Casa, que tem tradição de luta pelo interesse da juventude,
sabe que o passe é essencial para o transporte dos estudantes.

Com a redução do número de passes para 54, os estudantes

(podem excluir-se)
pagar um ônibus à escola e voltar; aquele que necessita
exclusivamente para ir ~~aluno que pega 4 ônibus não estaria~~
aparecer quatro ônibus não tem passe nem para
1/3 da passagem!

Deveria manter essa
Deveria manter a sensibilidade com a juventude,

com os estudantes; permitir *que* o passe tenha

validade de
validade de

agora
em mis, como está no projeto,

mais carentes,

ver melhor
planejamento

Assim, ido um mês
nas famílias
mais carentes, *em que o* salário *é* tão pequeno, *podem* *há*
fazem seu
mensal e a compra dos passes para todo o mês.

Se a passagem aumentar no meio do mês, como
complementar, *diante da dificuldade que enfrentam?*
Se a passagem aumentar no meio do mês, como irão

Acredito que a Câmara Legislativa

é
mande uma referên-

cia para os estudantes e a juventude do DF, Assim, *conclamo* *os*

Deputados

deveremos
derrubar esse veto, a bem do interesse público, *da*

nossa
juventude. Não *podemos* penalizar apenas os estudantes; quanto tempo

ficaram
os empresários segurando o dinheiro do Caixa Único por 15 dias!

é, pois, com o qual
é um absurdo, não podemos concordar.

Temos que fazer

esforço para derrubar este veto,

O Sr. Presidente

St. Lara

Lara/Lizete

26.03.92

11h56

0/96.1

O SR PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de

lembrar
para a memória
que *seu* *projeto de* esta proposta emenda do Deputado Cludio Montei-
teiro.

No início do ano passado, apresentamos projeto -
estabelecendo *sendo* que o passe teria validade, uma vez adquirido, independentemente do prazo de uso.

Esse *projeto* foi incorporado em um substitutivo,
inclusive o valor de 1/3 do passe em relação à passagem, *projeto* que era do
Deputado Agnelo Queiroz, *esse* projeto aprovado nesta Casa. *quer*
dizer, já houve um compromisso, já houve uma decisão da Casa
sa com relação à matéria.

Creio que, neste momento, os Deputados não *podem* furtar - SC

a . decisão adotada por esta Casa com relação à validade do passe.

Lara/Lizete

- 26.03.92

11h56

0/96.2

Trinta dias, na minha compreensão, é um mal menor ,
~~por~~ ^{pois,} normalmente, ~~estudando~~ ^{o passe} adquire por trinta dias, mas, uma
 vez adquirido o passe, o dinheiro já entrou na caixa., portanto, a
 aplicação financeira do recurso que entrou em função da aquisição do
 passe é suficiente para pagar o passe, em qualquer momento de seu uso ,
 não apenas em trinta dias!

Não obstante, a emenda aprovada, por ocasião do projeto
 do Executivo, com relação ao transporte, ^{se referia a} trinta dias.

€! ^{um absurdo, não podemos sustentar}
 esse veto! E, aqui, etc.

questão de compreensão
 política, ^{por} esta Casa adotada ano passado,

S/Denise

Denise-Lizete 26.03.92 11h58 (W. Roure) 0/97.1

ao votar projeto antes mesmo que o Governo ^(essa emenda) encaminhasse. Portanto, não apenas com relação a 1/3, como também à validade do passe ^{por} 30 dias, ^{e a} outra emenda do Deputado Edmar Pireneus, que garantia a gratuidade do transporte na área rural, projetos - .• aprovados nesta Casa ^{, mas,} agora, na forma de simples emenda, ^{se} ~~se~~ garantida ao estudante, além de 1/3 no valor da passagem, o valor de uso do passe por 30 dias, ^{E'} absurdo que reajuste no transporte coletivo venha ensejar complementação no valor do passe.

Srs. Deputados, não há ^{em} ~~que~~ ^{dinergir} ~~adversar~~ temos de votar contra o veto ^{governamental} ~~governamental~~ para mostrar ^{a que} ~~esta~~ Casa veio, ^{o seu verdadeiro} ou seja, ~~qualquer~~ compromisso com a população do Distrito Federal.

O SR PRESIDENTE (Pedro Celso)- Com a palavra o Deputado Cláudio Monteiro.

O SR CLÁUDIO MONTEIRO (PDT. Sem revisão do orador.)- Sr, Presidente, após a defesa feita pelo Deputado Agnelo Queiroz e complementada pelo Deputado Wasny de Roure, torna-se quase humanamente impossível acrescentar algo para pedir a derrubada desse veto.

Desisto de continuar discutindo a matéria.

Denise-Lizete 26.03.92 11h58 0/97.2

(Esta em discussão. (Mesa))

O SR PRESIDENTE (Pedro Celso) - Não havendo ^{mais} quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votarem "não", estarão rejeitando o veto do Sr. Governador; os que votarem "sim", estarão mantendo-o.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada dos Srs. deputados.

(Procede-se à chamada.)

S/Riva

Riva/ Arnaud	12:00	26/03	0.98.1
Flárcia/Arnaud	12:02	26/03	0.98.2
Ana Lúcia/ Arnaud	12:04	26/03	0.98.3

(Continua em votação.)

O SR. Presidente,.....

S/ Sabá

Sabá/Lilian /Arnaud

26/03

12h06/08

0-101/102/1

O SR PRESIDENTE (Pedro Celso) - Votaram 21^{Sis.} Deputados.

Passamos, agora, à abertura da urna. ~~Passamos~~

Foram encontradas 21 sobrecartas.

~~Passamos à apuração.~~ ~~Passamos~~

O veto do Sr. Governador foi mantido por 12 votos "não";

5 "sim"; Houve 2 abstenções e 3 ausências.

Com a palavra o ^{Sr.} Deputado Carlos Alberto.

O SR CARLOS ALBERTO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos recebendo, nesta Casa uma comissão do Movimento Tortura, Nunca Mais. A presença dessa comissão, para nós, tem especial relevo, dado que o próprio Governador Joaquim Roriz, recentemente, em Goiânia, declarou publicamente o seu interesse^{re} a sua disposição em abrir os arquivos dos órgãos de informação à opinião pública, para que esse passado, o passado ditatorial, o passado do autoritarismo que perseguiu tantas pessoas, se-
^{tantos} parou brasileiros, não se repita.

s/Pran

(Deputado Carlos Alberto)

[C] Como ex-presos políticos, me sinto muito honrado de, *este*
~~este~~ Plenário, solicitar que, por um breve momento, essa Pre-
sidência receba a comitiva, representada pelo Sr. Valdomiro
Batista, Norton Monteiro Guimarães, irmão de ~~de~~ *de* Honestino Guimarães, co-
nhecido pela sua luta e foi eliminado, a ponto de a sua família
até hoje não pôde enterrar com dignidade os seus restos e outras pes-
soas que estão presentes. [Solicitar esse breve momento, para que
possamos dar o nosso apoio, a nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Deputado
Fernando Naves.

O SR. FERNANDO NAVES (PTR. Sem revisão do orador) -

Sr. Presidente, - esclarecimento, sobre a
matéria *veiculada* no Jornal de Brasília de hoje: *"Imposto único pode ter"*
um projeto piloto." *[Pede]* licença ao nosso *Líder*

para declarar que não participei da reunião do partido que delibe-
rou a respeito, conforme está no jornal. *[Deixa]*

claro, *[Lá]* ser matéria da competência da União, apoio totalmente
a idéia, mas não tenho como apoiar *[que]* o Distrito Federal
legislar *[sobre]* esse assunto, uma vez que há transação bancária para que seja
viabilizada o Imposto Único. Sou favorável, mas entendo que
não é competência nossa.

FRANCÊSKA/EDSON

12:10

26/03/92

0 - 103/2

es

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - ~~Essa~~ Presidência acata

o pedido

do Deputado Carlos Alberto, ~~suspende~~ a sessão por~~cinco~~
~~qu~~

minutos para recebermos a Comissão "Tortura, Nunca Mais J"

[Solicito aos Deputados Carlos Alberto e

Peniel Pacheco

recep cione ~~y~~ os nossos amigos da Comissão. [Fica suspensa esta sessão

por cinco minutos.

(Esta suspensão a sessão.)

CL - 121
es

Ivi/Edson	26.03	12h12min	0/104.1
Katia/ 11	26.03	12.14	0. (05. /

Sessão suspensa.

S/Katia

Licença

87

LÚCIA/EDSON	12:16	26/03/92
AYA/EDSON	12:18	26/03/92

0 - 106/1

0 - 107/1

SESSÃO SUSPensa.

SEGUE GILWANIA.

GILWANIA/HERMIONE- ARIMAR

12:20/12:22 26/03 0 108/109-1

(Sessão suspensa, J

s/M» Marlene.

1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Está reaberta a sessão.

Solícito ao Deputado José Ornellas que faça a leitura do próximo item da Ordem do Dia.

~~-(O-Sr. Secretário procede à leitura do seguinte):~~

//03) Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 006/91 que: **Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do DF - IPASFE.**

Autor: Deputada Rose Mary

Relatores: Deputado Manoel de Andrade - CCJ
Deputado Gilson Araújo - CEOF , //

~~Q: SR. PRESIDENTE~~

~~S/MARLENE~~

Marlene/Arimar 26 .03.92

12:26

0-111/1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) -

→ A explicação é de que havia uma discussão sobre a constitucionalidade ou não do projeto. Foi apresentado um recurso à autora do projeto, através de uma emenda. Essa emenda já foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, portanto, ^P ~~falte~~ ^m ~~aparecer~~ ^{as} das outras ^P comissões.

Vamos Começar
~~começand~~ pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

→ Com a palavra o Deputado Gilson Araújo.

S/SULA

SULAMITA/ARIAMR

26/06

12h28m

0-112/1

O SR. GILSON ARAÚJO (PTR. Sem revisão do orador.) - Pa-
recer da Comissão de Economia e Finanças sobre a ^{2/}emenda ao Projeto de
Lei 006/91 da Deputada Rose Mary Miranda, que "autoriza a criação do
Instituto de Previdência e Assistência Social - IPASFE."

Enquanto tramitava o projeto na Comissão de Constitui-
ção e Justiça, apresentou a nobre autora uma emenda modificativa ao seu
artigo 1º, "verbis":

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar
o Instituto de Previdência e Assistência Social dos Servidores do Dis-
trito Federal - IPASFE, autarquia vinculada à Secretaria de Administra-
ção, como personalidade jurídica de Direito Público interno, autonomia
administrativa, patrimônio e gestão financeira própria.

Assm, preservada a essência da proposição, adquiria esta
o caráter autorizativo, tornando-se legitima, perfeita, e isenta de óbices
de natureza legal.

Somos, pois, pela aprovação da Emenda ao Projeto de Lei
nº 006/91, da Deputada Rose Mary Miranda.

Era só.

~~O SR. PRESIDENTE...~~

S/Clara

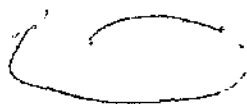
MARIA CLARA/STEIN

26/03

12:30

0.113.1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso)- Em discussão.



Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

Os Srs. Deputados que ~~de~~ pronunciarem ~~plau~~ "sim", estarão aca-
tando o parecer do Sr. Relator; ~~os~~ que ~~de~~ pronunciarem ~~plau~~ "não", estarão re-
jeitando. Or

Convido o Sr. Secretário a fazer a chamada dos Srs. Deputados.

DIANA/STEIN

26/03/92

12:32

0.114.01

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Informaremos o resultado da votação da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sem prejuízo das emendas apresentadas.

O parecer está aprovado com 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Com a palavra o Sr. Relator da Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma dúvida aqui. O Relator da Comissão de Assuntos Sociais quer saber ~~se~~ ^{da} o parecer em cima só da emenda ou do projeto como um todo. ^{porque} houve um recurso e o projeto está em regime de urgência.

Foi feito um recurso para que o projeto tramitasse normalmente em todas as Comissoes. C recurso foi aceito, em Plenário, no fi-

DIANA/STEIN

26/03/92

12:32

0.114.02

nal do ano passado. Agora, este ano, entramos com o pedido de urgência
le houve um atraso na Comissão de Assuntos Económicos, que não tinha feito
lo parecer sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Deputado Edimar Pireneus.

O SR. EDIMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, solicito o prazo de 24 horas para dar meu parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre o projeto
e, também, sobre as emendas que não recebi.

í O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - A Mesa esclarece que
í as emendas não foram apresentadas ainda. NÓS, por exemplo, temos emendas
a apresentar e estamos apresentando emendas de Plenário de primeiro turno.

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

~~O SR. PENIEL PACHECO~~

S/JUSSARA

JUSSARA/STEIN

26.03.92

12h34

O - 115.1

(Continua o SR. Presidente)

O SR. PENIEL PACHECO (PST - Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto tinha, sido rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça por não ser autorizativo. Depois, foi feita uma emenda, transformando-o em autorizativo, para que ele pudesse tramitar nesta Casa. A única discussão cabível, ao meu ver, é se o projeto pode ser transformado em autorizativo. Se isto for aprovado pelo Plenário, começará a tramitação no sentido de dar parecer sobre o projeto, como um todo.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO CELSO) - Com a palavra a Deputada Rose Mary Miranda.

A SRA. ROSE MARY MIRANDA (PTR - Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o projeto foi barrado na Comissão de Constituição e Justiça. Entrei com um recurso para que ele viesse a Plenário. Foi votada uma emenda, apresentada por mim, que transforma o projeto em autorizativo e a CCJ deu seu parecer acatando a emenda e o projeto começou a tramitar normalmente. Entrei, também, com pedido de urgência ao projeto e ele vem agora desta forma. No meu entender, as Comissões deverão apresentar parecer em cima do projeto, abrindo espaço para as emendas e assim, votaríamos depois as emendas. É só isso que quero : que o projeto seja votado, que a Comissão de Assuntos Sociais diga se o projeto tem alcance social ou não, nós votamos e depois votamos as emendas.

JUSSARA/STEIN

26.03.92

12h34

0 - 115.2

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Esta Presidência acata. Por-
tanto, o parecer será dado sobre a emenda e sobre o projeto como um todo,
pois houve um acordo de Plenário, a emenda foi acatada pela CCJ e o proje-
to tramita normalmente.

Com a palavra o Sr. Relator da Comissão de Assuntos Sociais,
Deputado Edimar Pireneus.

S/-Lara-

Lara/Stein

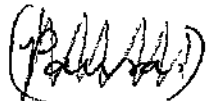
26.03.92

12h36

0/116.1

O SR, EDMAR PIRENEUS (PDT. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, pela Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto que cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal sobre a emenda que torna o projeto legislativo, pela Comissão de Assuntos Sociais, somos favoráveis.

O SR, PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão. 

Em votação.

Os Srs. Deputados que ~~se~~ pronunciarem pelo "sim", estarão aprovando o parecer da Comissão de Assuntos Sociais; os que ~~se~~ pronunciarem pelo "nao", estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr, Secretário José Ornellas que proceda a chamada dos Srs. Deputados.

(O Sr. Secretário Jose Ornellas procede à chamada dos Srs. Deputados.)

Denise-Stein 26.03.92 12h38 0/117.1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - O parecer da Comissão de Assuntos Sociais foi aprovado por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 ausências.

O projeto recebeu emendas de plenário. As emendas seguirão para os Srs. Relatores para apreciação e, depois, retornarão ao Plenário para a deliberação dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a leitura do próximo item da Ordem do Dia.

(O Sr. 2º Secretário procede à leitura "do seguinte:")

04) Discussão e votação, em 1º turno, em Regime de Urgência, do Projeto de Lei nº 079/91 que: "Cria boletim de comunicações administrativas e dá outras providências .

Autor: Deputado Wasny de Roure

Relator da Mesa: Deputado Pedro Celso .

~~Convido o Deputado José Ornellas a assumir a Presidência dos trabalhos.~~

~~(Assume a Presidência o Deputado José Ornellas.)~~

~~O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.~~

-O GR PEDRO CELSO..

S/Riva

Riva/ Alzira

26/03

12:40

0.118.1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Solicito ao Deputado José Ornellas que assuma a Presidência dos nossos trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado José Ornellas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - Com a palavra o Deputado Pedro Celso.

O SR. PEDRO CELSO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Relator, requeiro prazo regimental para que seja incluído, na próxima sessão ordinária, ^{quando da sessão apresentar} o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (José Ornellas) - A Mesa acata ^{a solicitação} Ob. V. Exa.
Convido o Deputado Pedro Celso a assumir a Presidência de nossos trabalhos.

(Assume a Presidência o Deputado Pedro Celso.)

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, ^{peço a palavra para} uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Com a palavra o Deputado Geraldo Magela.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, peço permissão para fazer questão de ordem da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Está permitido.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que a minha questão de ordem está embasada no art. 94, combinado com o art. 93, § 2º, e no art. 200 do

Regimento Interno.

Sr. Presidente, tenho dito aqui que tenho a intenção de apresentar ^{um} projeto de resolução a esta Casa, acabando ou extinguindo o gabinete da

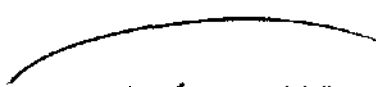
Riva/ Alzira

26/03

12:40

0.118.2

Mesa. Este gabinete, que foi criado na estrutura da Casa, que tem um assessor de cada integrante da Mesa, ~~o que~~ ^o deveria ser responsável pelo encaminhamento das questões administrativas, no geral, desta Casa, não tem funcionado. Prova disto é que a Mesa aprovou, há mais de uma semana,


S/ -Mareia..

MÁRCIA/ALZIRA

25/03/92

12h42

0/119/1

(Geraldo Magela)

... um recurso de nossa autoria, apoiado por mais 20 Deputados, sobre a interpretação da resolução que trata das cotas xerográficas e sobre a questão do reaproveitamento da cota de gráfica do semestre passado.

Nã dias que essa decisão foi tomada e até hoje os órgãos executores desses serviços não têm informação. Com certeza não são os Deputados José Ornellas, Pedro Celso, Salviano Guimarães, Benício Tavares ou Tadeu roriz os responsáveis pelo repasse dessas informações. Isso compete ao gabinete da Mesa, por exemplo, essa situação de ter que adiar a votação desse boletim administrativo, que para nós é da maior importância, ^{Rua} saber o que está sendo decidido na Mesa: Qual foi o Deputado que no foi surpreendido com a reforma do ^{Gabinete} ~~de~~ da Presidência? Isso foi decisão da Mesa, porque os Deputados deveriam ficar sabendo?

Estamos aqui, dezenove Deputados, ilhados e cinco na Mesa decidindo, não encaminhando, e dezenove sem saber o que está ocorrendo na Casa.

•Quero" dizer, Sr. presidente, "...

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que não es
 tou satisfeito e quando não estou satisfeito, tem um bichinho que não me dei
 xja ficar calado, que não me deixa coonestar com essa situação. Quero dizer o
 seguinte: não quero criar problemas dentro desta Casa mas tem algo que foi
 criado, que é o Gabinete da Mesa, que deveria ser solução e virou proble
 ma. Tem 5 assessores indicados de livre provimento, para fazer o trabalho de
 encaminhamento das resoluções da Mesa ~~que não estão fazendo~~. Se este Gabinete
 não está cumprindo a sua função, ele tem que deixar de existir, não há ra
 zão ~~para~~ continuar existindo. Naturalmente, não quero criar um problema para
 a Mesa, ~~na época~~ era contra mas fui convencido que ele poderia ficar para fa
 zer uma experiência. Parece que não esta funcionando, ~~se não está funcionan~~
 do, nós temos que ser informados.

Sr. Presidente,

V. Exa. ao conceder ~~ao~~ ao Deputado Pedro Celso, o prazo de 24 horas, ~~isso~~ e antiregimental,

V. Exa., Deputado Jose Ornellas, não poderia ter concedido ao Deputado Pedro
 Celso, o prazo de uma sessão porque ~~essa matéria está em~~ regime de urgência e se é regime de ur
 gência, ~~teria que~~ ~~suspender~~ a sessão e continuar ~~ainda~~
 hoje a sessão para votar esse ~~assunto~~. Mas não vou ficar polemizando, porque
 isso tinha que ser votado ~~hoje e isso~~ ...

hoje. Aliás, não precisava nem ser votado, deveria ser uma deliberação da Mesa para nos comunicar sobre o que ela está decidindo. [Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que ainda continuo com a disposição de apresentar um projeto de resolução para extinguir o Gabinete da Mesa. Agora, cabe à Mesa evitar isso, evitar, inclusive, que tenhamos que apresentar esse projeto. Já disse isso aos cinco integrantes da Mesa; não faço essa declaração de público, aqui, como um desabafo, pois procurei todos os integrantes da Mesa para dizer isso, o que aliás é do nosso feitio, antes discutir individualmente, para depois trazer a público. Como não foi adotada, pela Mesa, nenhuma providência para fazer o Gabinete funcionar a contento, tivemos que trazer a plenário. A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é se a Mesa pode ou não conceder o prazo para apresentação do relatório, na próxima sessão, ou se é nesta sessão o prazo para apresentação do parecer, já que se trata de projeto de resolução e tramitação de urgência. Agora, quero que todos os Deputados e Deputadas desta Casa tenham a preocupação que estou tendo com o funcionamento da Casa, pois se assim não for, daqui a pouco vamos continuar reclamando, reclamando, um para o outro, nos corredores, no cafezinho, mas sem uma atitude efetiva.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Pedro Celso) - A Mesa tem esclarecer que o Sr.

Deputado Geraldo Magela está completamente enganado, pois na Subseção III, Da
Apreciação de Matéria Urgente, no art. 185³, § 1º, o texto do Regimento Interno

~~S/SABÁ~~

r é claro, quando diz:

... e se a Comissão que tiver de opinar sobre a matéria não se julgar habilitada a emitir na referida sessão, poderá solicitar, para isto, prazo não excedente de um* sessão, que lhe será concedido pelo Presidente 9 comunicado ao Plenário.)

Gostaria de ~~disser~~ ^{que}

que ~~o Presidente~~ ^{eventual} da Mesa já conver-

sou com o Deputado Geraldo Magela ~~de quem~~ gostaríamos de assinar, junta-

com o Deputado o projeto de resolução extinguindo o Gabinete da Mesa.

~~Quero~~ dizer que não é totalmente verdade que a Mesa ^{diretora}

rião discute esta questão. Ontem este assunto foi objeto de grande parte da

reunião da Mesa ^{com} discussão sobre o funcionamento do Gabinete da Mesa. As

discussões estão sendo feitas, as providências estão sendo tomadas, ^{le o 2º}

Secretário acaba de nos informar que não existe espaço sequer para que

o Gabinete da Mesa se reúna e tenha uma estrutura mínima para poder funcio-

nar. ^{Eu} pessoalmente, ^{me,} posicionei desde o princípio, contra este Gabi-

nete e continuo contra a existência dele.

Solicito a o Sr. Secretário que proceda à leitura do próxi-

mo item da pauta.

Convido o Sr. Deputado Benício Tavares a auxiliar os traba-

lhos da Mesa.

O SR. GERALDO MAGELA

S/Lillian

Lilian/Aliceia

26/03

12h50

0-123/1

O SR. GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. a inclusão na pauta da sessão ordinária de segunda-feira, do Decreto Legislativo nº 07, da Comissão de Constituição e Justiça que já se encontra em condições de vir à plenário para votação e é da maior importância para a sociedade do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - A Mesa verificará a situação do Decreto legislativo ^{a que V.Exa. se refere} e, se estiver dentro dos trâmites normais, entrará na ^{pauta} Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do próximo item.

(-O Sr. Secretário, Benício Tavares, procede à leitura do seguinte:)

05) Discussão e votação, em 1º turno, 2º dia, do Projeto de Lei nº 078/91, que: **Determina a inclusão em edifícios e logradouros de uso público de medidas para assegurar o acesso, naquelas áreas, de pessoas portadoras de deficiências físicas, e dá outras providências.**

Lilian

26/03

0-123/2

O SR PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, passaremos ao próximo item da pauta. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do mesmo.

~~(O Sr. Secretário procede leitura do seguinte:)~~

— 06) Discussão e votação, em 1- turno, 2º dia, do Projeto de Lei nº 014/91, que **Autoriza o Poder Executivo no Distrito Federal a conceder isenção do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias na aquisição de veículos que especifica, e dá outras providências**".

~~O SR PRESIDENTE...~~

s/Fran

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão. (Havendo)

Não havendo quem queira discutir passaremos ao próximo item da ordem do dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura.

O SR. SECRETÁRIO (Procede a leitura do seguinte:) -

, 07) Discussão e votação do Recurso nº 006/91, que: **Dispõe sobre a participação popular no processo de elaboração dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentarias e dos orçamentos anuais do DF.**

Autor: Deputado Agnelo Queiroz."

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Peniel Pacheco.

O SR. PENIEL PACHECO (PST. Sem revisão do orador) -

Sr. Presidente, tendo em vista a ausência do autor da proposição, no Plenário, neste instante, gostaria de propor a V. Exa, que alterasse a Ordem do Dia, para que ^amatéria pudesse ser discutida com a presença do autor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Esta Presidência acata a solicitação do nobre deputado e transfere, para próxima sessão ordinária, o recurso,

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura do próximo item da Ordem do Dia.

O SR. SECRETÁRIO (Procede à leitura do seguinte:) -

AL - 144

FRAN/ALICÉA

12:52

26/03/92

0 - 124/2

(0 SR. Secretário)

08) Discussão e votação do Recurso nº 007/91, que: **Dispõe** sobre a **escolha em eleição direta de Diretores das Unidades de Ensino Público, Urbanas e Rurais do DF, e dá outras providências** .

Autor: Deputada Lúcia Carvalho.

0 SR, PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão.

~~B/IVI~~

Ivi/Alicéia 12h54min 26.03 0/125.1

Lúcia Carvalho

A SRA. LÚCIA CARVALHO (PT. Sem revisão da oradora.) -

Sr. Presidente, pelo que pude ouvir do Deputado Geraldo

Magela, que fez o relatório do veto, não

esclarecimento
 Por isso gostaria de informar aos Deputados que o pro-

continha
 jeto ~~tem~~ alguns vícios que poderiam trazer empecilhos para a

sua aprovação. Originalmente, quando ~~se~~ apresentamos, *diz-se:*

“a escola só poderá receber esse recurso ^pdescentralizado se
 o diretor for eleito.”^u

Eu gostaria que isso fosse decidido, porque não
 concordamos com ~~o~~ *o parecer da* Comissão de Constituição e Justiça. Dentro

dessa linha, gostaria que os Deputados ~~se~~ *verificassem* que

foi alegada inconstitucionalidade ~~e~~ *re* remetida ~~em~~ *em* à Lei Orgânica;

a Lei Orgânica remeteu à Lei Ordinária. ^Pportanto, desejo

“que o projeto seja condenado ^{nas} *na* pela ~~in~~ *in* constitucionalidade,
 mas pelo mérito» . ~~foi~~ *foi* o parecer da Comissão de

Constituição e Justiça seja refeito, ~~o~~ *o* que tramite nas demais

Comissões e se o projeto tiver que ser rejeitado, ~~que~~ *se* seja

feito ~~o~~ *o* - mérito. São esses ~~os~~ *os* recursos que faço à Comis-
 são de Constituição e Justiça que exorbitou do seu poder.

~~ainda não foi avaliado pelo Plenário.~~

Ivi/Alicéia

26.03

0/125.2

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Em discussão. [Não
havendo quem queira discutir, passaremos à votação.

Em votação. [s Srs. Deputados que pronunciarem
"sim", estarão acatando o recurso proposto pela Deputada
Lúcia Carvalho; Os que pronunciarem "não", estarão
rejeitando-o.

Convido o Sr. Secretário a fazer a chamada dos
Srs. Deputados.

(Procede-se à chamada.)

S/Kátia

KATIA/ALICÉA 12:56 26/3/92

LÚCIA/ALICÉA 12:58 26/03/92 Pres. Pedro Celso

D. 126/1

0 - 127/1

O SR. PRESIDENTE (Pedro Celso) - Esta Presidência informa que a votação não pode ser validada por falta de quorum e, como tal, vamos encerrar a sessão.

demais
Os *demais* itens da pauta ficam *para* para a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a presente sessão.

~~(Encerra-se às 13 h).~~

MESA

Presidente

Salviano Guimarães (PDT)

Vice-Presidente

Tadeu Roriz (PTR)

1º Secretário

Pedro Celso (PT)

2º Secretário

José Ornellas (PL)

3º Secretário

Benício Tavares (PDT)

Suplentes

José Edmar (PTR)

Fernando Naves (PTR)